

COMO ANDA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO?

ESTUDO ESTRATÉGICO

Nº 04 | AGOSTO DE 2013



SEBRAE/RJ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio do Janeiro

Rua Santa Luzia, 685 – 6º, 7º e 9º andares – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20030-041

Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

Jésus Mendes Costa

Diretor Superintendente

Cesar Vasquez

Diretores

Armando Clemente
Evandro Peçanha Alves

Gerente da Unidade de Conhecimento e Competitividade

Cesar Kirszenblatt

Equipe Técnica de Estudos e Pesquisas

Responsável: Bernardo Pereira Monzo
Juliana Cristina Carlos de Oliveira
Norma Suely Cerqueira Mesquita
Patrícia Reis Pereira
Igor Thiers Leve

Equipe do Instituto de Estudos

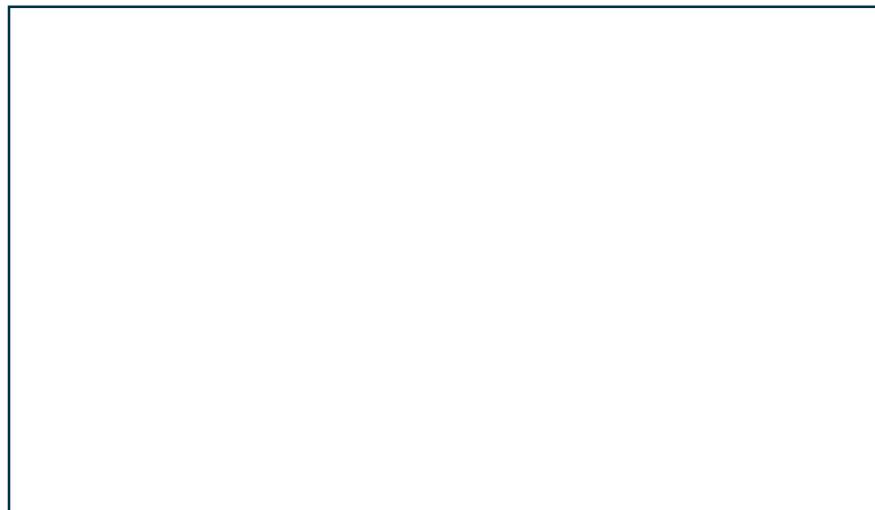
do Trabalho e Sociedade - IETS
Adriana Fontes
Fabrícia Guimarães
Samuel Franco
Valéria Pero (IE-UFRJ)

Elaboração de Conteúdo



Projeto Gráfico e Diagramação:

Maria Clara Thedim | www.mathedim.com.br



SUMÁRIO

ESTUDO ESTRATÉGICO

INTRODUÇÃO	05
COMO ANDA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO?	
CRESCIMENTO ECONÔMICO	07
DEMOGRAFIA	08
SAÚDE	10
CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS	11
SEGURANÇA	13
RENDAS, POBREZA E DESIGUALDADE	15
TRABALHO E RENDIMENTO	20
EDUCAÇÃO	33
COMENTÁRIOS FINAIS	41



INTRODUÇÃO

COMO ANDA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO?

ADRIANA FONTES • VALÉRIA PERO • LUISA DE AZEVEDO • SAMUEL FRANCO

A virada no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) já foi abordada por artigos e livros¹ e, apesar de reconhecerem uma mudança na trajetória de vários componentes do desenvolvimento, ambos apontam também para grandes desafios, sobretudo nos indicadores sociais. Isso se deve a duas características marcantes e interligadas da organização econômica e territorial do Estado.

A primeira relaciona-se ao fato do crescimento da economia fluminense estar associado a um modelo concentrador, baseado em poucos setores e grandes empresas. Soma-se a isso o grande peso da indústria extrativa, setor intensivo em capital, na agregação de valor à economia. Cerca de 10% do valor adicionado no Estado, na década de 2001-2010, vem da indústria extrativa, percentual comparável apenas ao do Espírito Santo (9,7%) e do Pará (9,9%).

A segunda característica marcante do nosso Estado, que o distingue de qualquer outra Unidade da Federação e certamente condiciona o seu desenvolvimento, está relacionada à distribuição espacial. O Rio de Janeiro é o quarto menor território e abriga a terceira maior população do Brasil, o que faz com que tenha uma densidade demográfica superior ao dobro da apresentada por São Paulo e de mais de 10 vezes a de Minas Gerais. É também o mais urbano e metropolitano dos estados brasileiros, com centralidade no dinamismo econômico da capital.

Essas particularidades de organização setorial e territorial do Estado do Rio de Janeiro geram uma dinâmica econômica que tende a ser concentradora de recursos. Sendo assim, os desafios e as dificuldades para sair da inércia da alta concentração de renda são enormes, exigindo grande esforço por parte dos agentes, especialmente do setor público, que tem como premissa a redistribuição de recursos.

O lançamento da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), em 2011, motivou a elaboração de um balanço da situação socioeconômica do Estado na década recente, com o intuito de atualizar a agenda de políticas públicas. A PNAD fornece informações sobre demografia (seção 2), condições dos domicílios (seção 4), renda, pobreza e desigualdade (seção 6), trabalho e rendimentos (seção 7) e educação (seção 8). Para complementar a análise com outras dimensões relevantes, a primeira seção analisa crescimento econômico e as seções 3 e 5 exploram os temas saúde e segurança, respectivamente, com base em outras fontes de informação.

1. Ver Urani e Giambiagi (2011), Castelar Pinheiro e Velloso (2012), entre outros.



COMO ANDA O DESENVOLVIMENTO

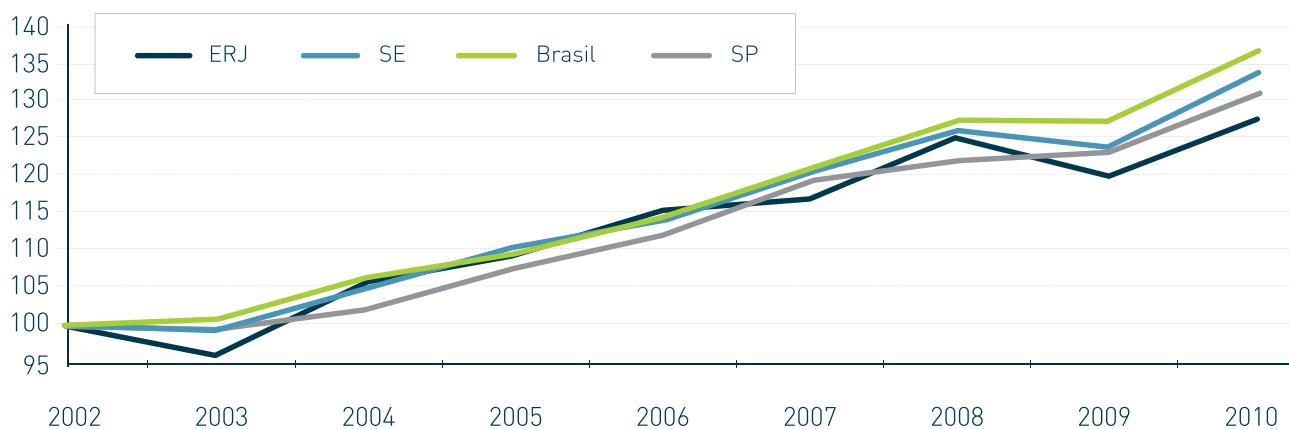
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO?

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Muito tem se falado dos investimentos de grande porte em curso ou em vias de serem efetivados no Estado do Rio de Janeiro. Na indústria de transformação, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, e o Complexo do Porto do Açu, em São João da Barra, são dois exemplos de peso. Na área de energia, está em construção a usina termonuclear Angra 3, em Angra dos Reis. Além disso, estão sendo realizadas diversas obras de infraestrutura urbana na capital, como a revitalização da Zona Portuária e melhorias no sistema de transporte público, com expansão da linha de metrô e BRT. Parte delas está relacionada à adequação da cidade para receber a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, que, por sua vez, estão atraindo investimentos na rede hoteleira e em instalações esportivas.

A boa perspectiva trazida pelos investimentos recentes pode mudar a trajetória da economia fluminense, que na década passada apresentou a menor taxa de crescimento anual do PIB (3,1%) do país. O Rio de Janeiro cresceu à mesma taxa do Brasil e da região Sudeste entre 2004 e 2006, mas nos últimos anos teve desempenho econômico inferior. Ademais, o PIB do ERJ vem aumentando menos do que o paulista desde 2007 (com exceção de 2008), após três anos consecutivos de evolução acima dele. Assim, após apresentar um crescimento anual acima do PIB brasileiro entre 2003 e 2006, o Rio de Janeiro voltou a perder participação no PIB nacional (Gráfico 1). Esse movimento de perda de participação também ocorreu em São Paulo, porém não foi verificado em Minas Gerais e no Espírito Santo. Dessa forma, o Estado do Rio de Janeiro também perdeu participação no PIB do Sudeste.

GRÁFICO 1 | EVOLUÇÃO DO PIB (R\$ DE 2000) Fonte: IETS com base nos dados das Contas Regionais do Brasil/IBGE.



Em 2009, houve redução da atividade em termos reais no Rio de Janeiro. Esse comportamento esteve associado ao desempenho da indústria extrativa mineral, que reduziu sua participação de em torno de 15%, em 2006, para menos de 10%, em 2009-2010. Ainda assim, o setor representou 9,8% do valor adicionado na economia do Estado em 2010, porcentagem atrás apenas da verificada no Espírito Santo (17%) e no Pará (23%)², e foi o único que apresentou aumento significativo de sua participação na década, de 4 pontos percentuais. Dessa forma, seguindo o movimento observado no setor petrolífero, a economia se recuperou e o PIB estadual correspondeu a aproximadamente R\$ 407 bilhões em 2010.

A evolução do PIB da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) esteve bem abaixo do Estado como um todo, revelando a importância da economia do interior. De fato, dentre as seis mesorregiões do Rio de Janeiro, a Região Metropolitana foi a que menos cresceu entre 2002 e 2009 (2,1%), influenciada em grande medida pelo baixo crescimento do PIB da capital nesse período (1,7%). Entretanto, ambas registraram crescimento positivo em 2009, apesar da queda da economia fluminense. Logo, essa queda foi puxada pela diminuição do PIB dos municípios de fora da RMRJ, assim como vinha ocorrendo com a expansão.

Na verdade, o comportamento da economia fluminense entre 2002 e 2009 foi determinado principalmente pelo desempenho do Norte Fluminense - onde se concentram os principais municípios produtores de petróleo -, que apresentou a maior taxa de crescimento anual (5,5%) entre as mesorregiões. No entanto, se considerado o período a partir de 2006, o PIB da região caiu 8,6%, confirmando a forte dependência do dinamismo econômico do Rio de Janeiro na evolução da indústria extrativa mineral, cuja grande volatilidade tem se refletido no PIB estadual.

O PIB *per capita* do Rio de Janeiro é o terceiro maior do país, abaixo do Distrito Federal e de São Paulo. Entre 2002 e 2009, o ERJ teve o segundo menor crescimento do PIB *per capita* dentre os estados brasileiros, de 1,6% ao ano. Em 2009, houve queda de 5 p.p. no PIB *per capita* fluminense.

DEMOGRAFIA

O Rio de Janeiro possui características demográficas que o distinguem das demais Unidades da Federação. O Estado possui o quarto menor território e a terceira maior população do Brasil, com 16,3 milhões de habitantes. Desse modo, sua densidade demográfica é de 365,23 pessoas por km², a segunda mais alta do país, atrás apenas do Distrito Federal, cuja extensão é diminuta. Além disso, o ERJ é o mais urbano e metropolitano dos estados brasileiros, com 97,4% de sua população vivendo em áreas urbanas e ¾ dela concentrada na Região Metropolitana.

A população fluminense cresceu 1% ao ano entre 2001 e 2011, taxa semelhante à verificada na RMRJ e na Região Sudeste, mas abaixo da brasileira, que correspondeu a 1,4% no mesmo período. Na capital, o crescimento populacional na década foi ligeiramente inferior e equivaleu a 0,8%. Contudo, entre 2009 e 2011, enquanto a população aumentou 1,6% no Estado, na capital e na RMRJ a variação percentual

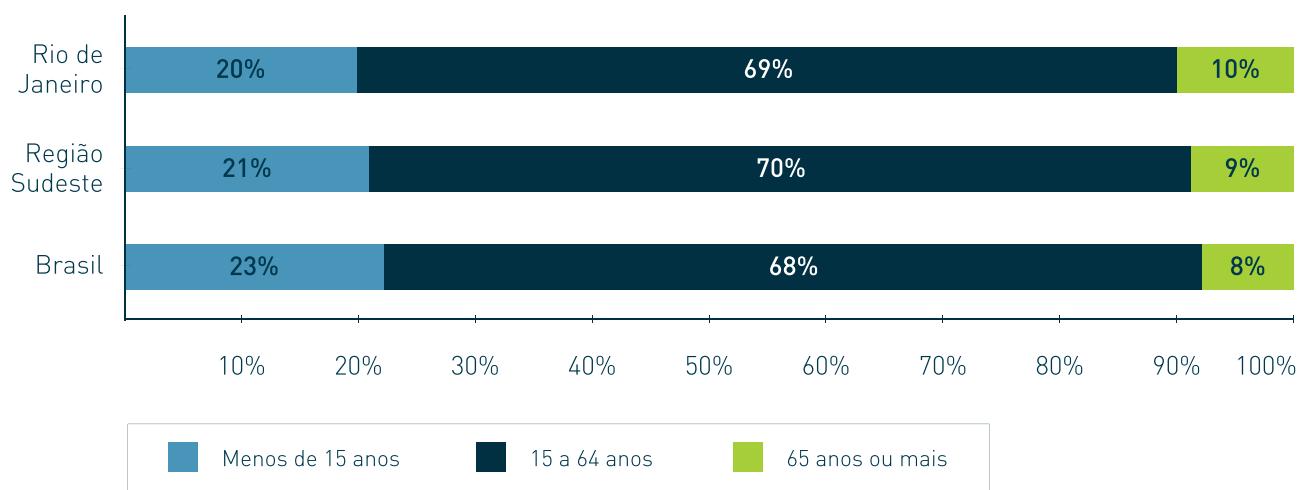
2. O enorme peso da indústria extrativa mineral no Pará é relativo à mineração (particularmente a exploração de minério de ferro), em grande parte realizada pela Vale. Já no Espírito Santo, assim como no ERJ, é o setor petrolífero que responde pela alta participação dessa indústria no Estado. No entanto, deve-se ter em consideração o fato de que a economia capixaba é cerca de 5 vezes menor do que a fluminense.

observada foi de 2,7% e 2,5%, respectivamente, aumentando a concentração populacional que caracteriza o ERJ. A proporção de imigrantes no ERJ é a segunda menor do Sudeste: 15% dos habitantes do Rio de Janeiro não são originários do Estado, contra apenas 8% em Minas Gerais. Além disso, 71% dos moradores das cidades fluminenses nasceram no município em que vivem. Somente as cidades do Piauí e do Amazonas possuem maior proporção média de moradores naturais delas mesmas.

Tal qual no país como um todo, as mulheres são maioria (53%) no Rio de Janeiro, Estado com maior porcentagem de pessoas do sexo feminino. Metade da população fluminense se autodeclara branca e cerca de 13% preta, proporção acima da verificada no Brasil e abaixo somente da Bahia, onde corresponde a 19%. Os pardos equivalem a 37% dos residentes e os amarelos e indígenas têm baixa representatividade no ERJ.

O Estado possui o maior percentual de idosos do Brasil (10% das pessoas têm mais de 65 anos, conforme o Gráfico 2), porém, ao contrário do que ocorreu no restante do país, em que a população vem envelhecendo desde 2001, essa proporção caiu entre 2009 e 2011. O mesmo comportamento pode ser observado na razão entre as pessoas com mais de 65 anos e aquelas com menos de 15 anos. Embora o índice de envelhecimento no Rio de Janeiro siga sendo o maior do país - para cada criança há dois idosos no ERJ -, ele caiu no Estado entre 2009 e 2011, enquanto aumentou no Brasil e na Região Sudeste.

GRÁFICO 2 | DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA – 2011 Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



Parte das mudanças observadas na estrutura etária nacional na última década se deve à redução na taxa de fecundidade³. Atualmente, o Brasil está abaixo de sua taxa de reposição, que equivale a 2,1 filhos por mulher. O Rio de Janeiro possui a menor taxa de fecundidade do país. O decréscimo do contingente infantil da população provocado pela queda na fecundidade das mulheres foi maior do que o aumento na proporção de idosos no Brasil. Consequentemente, a razão entre o segmento etário da população economicamente dependente (pessoas com menos de 15 e mais de 65 anos de idade) e o potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade) caiu de 2001 a 2011 no país. A razão de dependência no Rio de Janeiro também diminuiu e está entre as mais baixas do país, seguindo o padrão do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

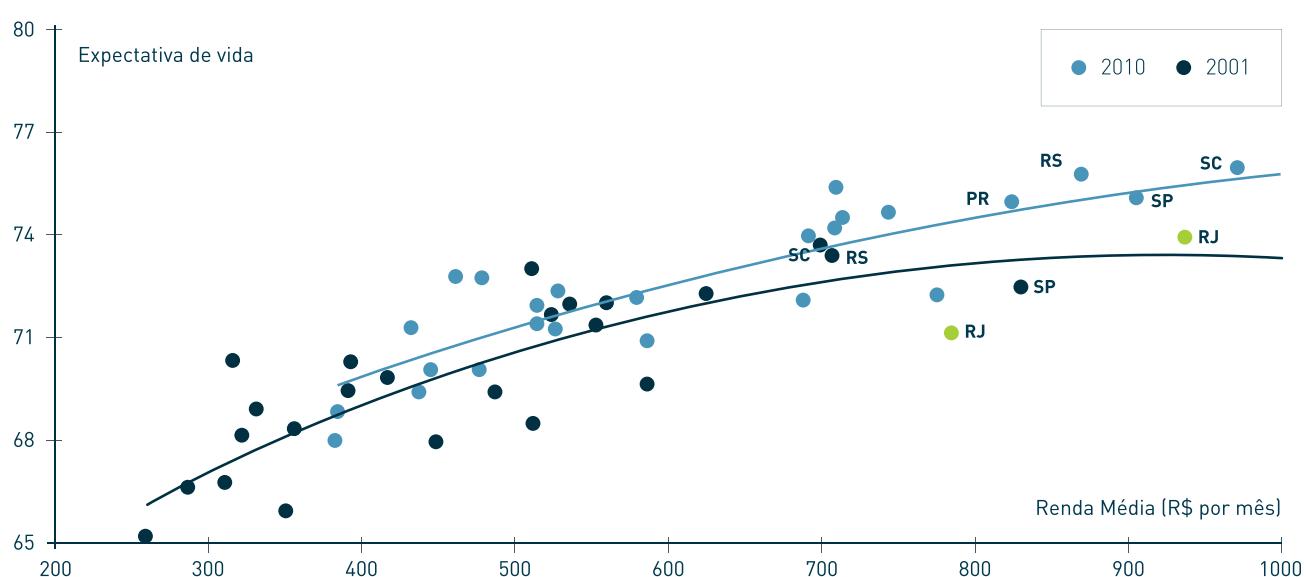
3. A taxa de fecundidade é definida como o número médio de filhos nascidos vivos tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo.

SAÚDE

A esperança de vida ao nascer e a mortalidade infantil fornecem um panorama geral das condições de saúde da população. No entanto, esses índices são pouco sensíveis a mudanças no curto prazo e não permitem aprofundar a análise em relação à morbidade das pessoas (estado de saúde dos indivíduos vivos) e aos recursos (financeiros, físicos e humanos) aplicados na área da saúde.

Em 2010, os indicadores do Rio de Janeiro de longevidade, 74 anos, e de mortalidade infantil, 14,3 a cada mil nascidos vivos, eram melhores do que a média brasileira (73,4 e 16) e inferiores à da região Sudeste (74,9 e 13,4). A expectativa de vida no Estado aumentou 2,9 anos desde 2001, uma evolução atrás apenas da observada nos estados que aparecem entre os dez piores numa ordenação desse indicador em 2010. Entretanto, houve tímida redução da mortalidade infantil na década, de modo que a distância entre o Rio e o Brasil nesse indicador diminuiu em relação a 2001. Em ambas as dimensões, o ERJ está entre os dez estados com melhor desempenho em 2010. De acordo com o Gráfico 3, todavia, a expectativa de vida no Rio de Janeiro é abaixo da esperada para seu nível de renda.

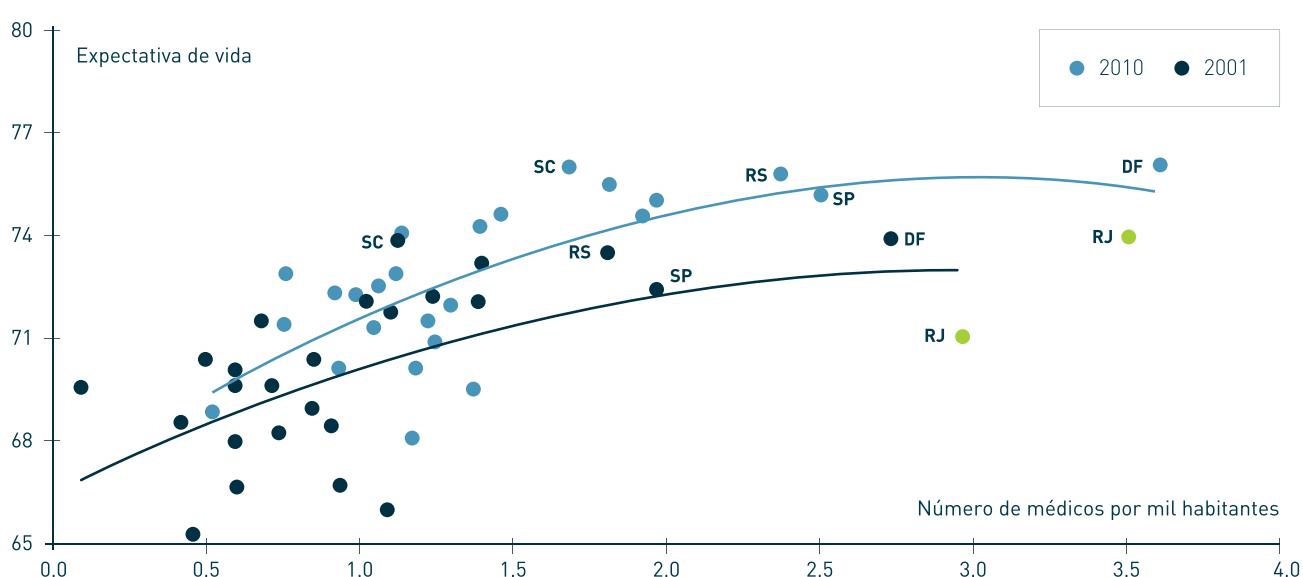
GRÁFICO 3 | RELAÇÃO ENTRE EXPECTATIVA DE VIDA E RENDA MÉDIA NOS ESTADOS BRASILEIROS Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE e DATASUS. *Nota: Exceto o Distrito Federal.



A situação dos indicadores de saúde está relacionada aos recursos disponíveis para o Estado na área. O Rio de Janeiro possui o segundo mais alto número de médicos por mil habitantes do país (3,5), perdendo apenas para o Distrito Federal, com 3,6.

Embora o número de médicos por mil habitantes no Estado seja alto, a disponibilidade de recursos humanos não se reflete na mesma posição em termos de expectativa de vida, pois está relacionada à eficiência do uso dos recursos bem como a outros fatores, como violência. Como pode ser visto no Gráfico 4, estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por exemplo, já haviam praticamente alcançado a expectativa de vida atual do Rio de Janeiro em 2001, com cerca da metade do número de médicos no ERJ nesse ano.

GRÁFICO 4 | RELAÇÃO ENTRE EXPECTATIVA DE VIDA E NÚMERO DE MÉDICOS POR MIL HABITANTES NOS ESTADOS BRASILEIROS Fonte: IETS com base nos dados da DATASUS.



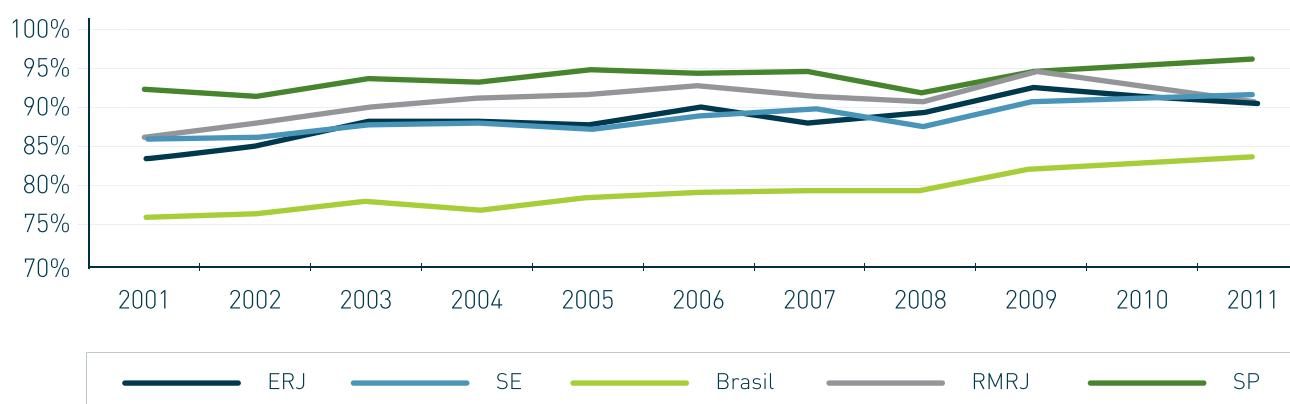
CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

O Rio de Janeiro é o segundo estado mais verticalizado do país: 20% dos domicílios fluminenses são apartamentos. Apenas no Distrito Federal há maior proporção de apartamentos, com 27%. Esse nível de verticalização está bastante acima do verificado na Região Sudeste (15%) e no Brasil (11%).

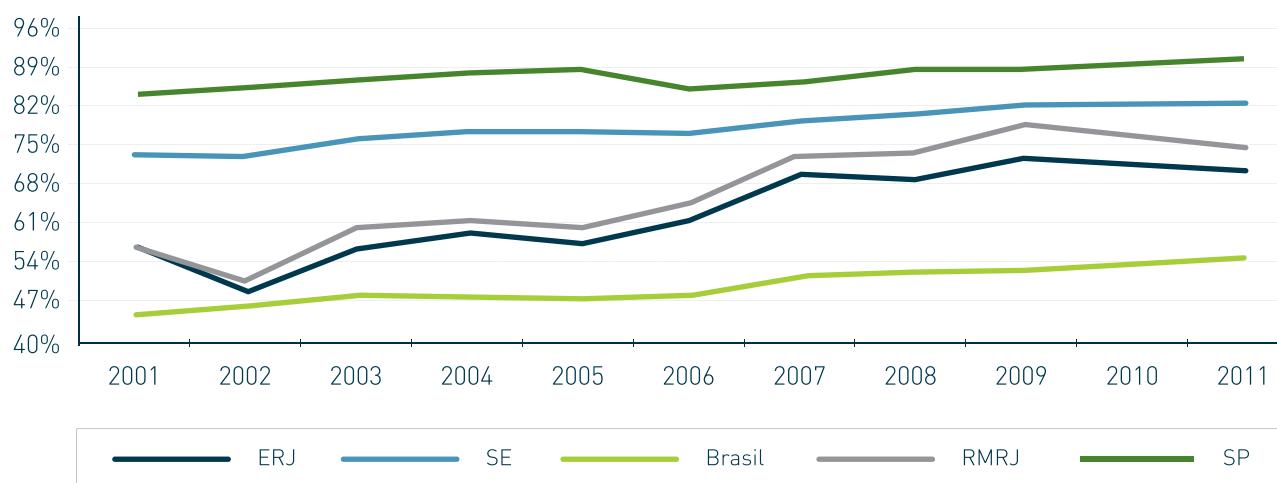
O Estado apresenta a quarta maior coleta residencial de lixo do país, atendendo a 90% dos domicílios. Em São Paulo, que possui o mais difundido sistema de coleta no Brasil, 96% dos domicílios têm seu lixo recolhido na porta. Por conta disso, o Rio de Janeiro está abaixo do Sudeste (94%) nesse indicador, mas acima do Brasil (84%). No período de 2001 a 2009, houve aumento substancial do percentual de domicílios em que o lixo é coletado diretamente no ERJ, chegando a 9 p.p., seguido de queda de 2 p.p. em 2011. Na RMRJ, a redução foi de 3 p.p. (Gráfico 5)⁴.

4. Como a PNAD não foi a campo em 2010, em todos os gráficos com base nas informações desta pesquisa, as retas são contínuas entre 2009 e 2011.

GRÁFICO 5 | PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM COLETA DIRETA DE LIXO Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



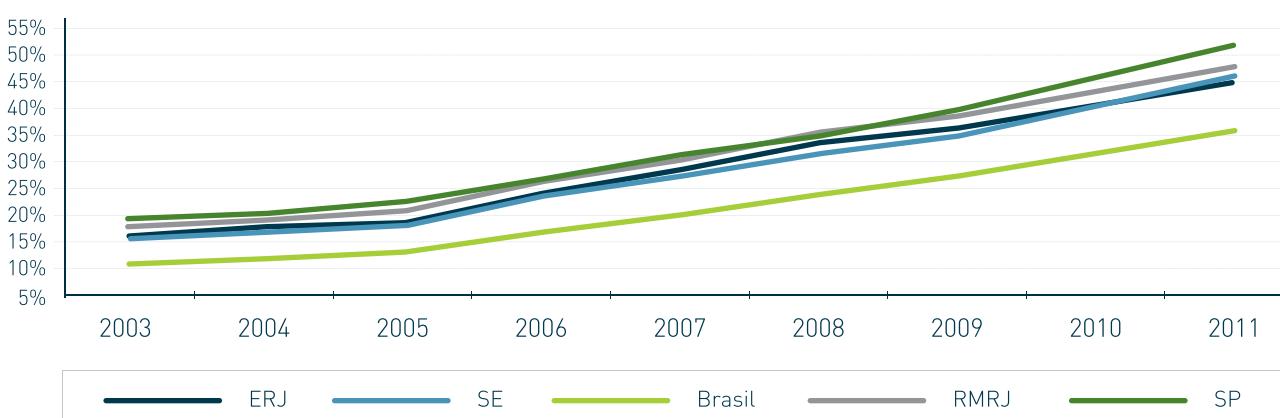
Da mesma forma, o percentual de domicílios com acesso à água (86,3%) e a esgotamento sanitário (70%) por rede geral no Rio de Janeiro está abaixo do observado nos estados do Sudeste.⁵ A situação é um pouco melhor na RMRJ, onde 88,6% dos domicílios são abastecidos de água e 74% deles estão diretamente conectados à rede de esgoto. Entre 2009 e 2011, houve queda de 2 a 4 p.p. nesses indicadores no Estado e na Região Metropolitana. Ainda assim, devido aos baixos percentuais observados nas Regiões Norte e Nordeste, a porcentagem de domicílios que têm acesso à rede geral de água e esgoto no Rio de Janeiro é maior do que no Brasil, onde corresponde a 83,5% e 57%, respectivamente.

Há, portanto, indícios de que as condições dos domicílios fluminenses se deterioraram levemente entre 2009 e 2011, em particular na RMRJ, onde a qualidade das moradias ainda é um pouco melhor do que a média estadual. Isso pode dever-se à incapacidade da infraestrutura urbana de acompanhar o crescimento do número de domicílios, que foi maior na Região Metropolitana (6%) do que na média do Estado (3%) nesse período.

5. Se consideradas as fossas sépticas com ligação à rede geral, a porcentagem de domicílios conectados com esgotamento sanitário adequado no Rio de Janeiro (85%) fica abaixo de São Paulo (93%) e do Distrito Federal (88%).

Assim como no restante do país, houve difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na última década no Rio de Janeiro. De forma geral, os domicílios fluminenses têm mais acesso às TICs do que a média dos brasileiros, mas menos do que os da Região Sudeste. Dessa forma, em quase metade dos domicílios há ao menos um computador conectado à internet no Estado (45%), percentual que corresponde a 37% no Brasil e 46% no Sudeste (Gráfico 6). Entre 2003 e 2011, a posse de celulares aumentou e a de telefones fixos caiu, de modo que a primeira ultrapassou a última em 2005. O mesmo ocorreu na Região Sudeste e no país como um todo. No ERJ, 93% dos domicílios possuem alguma linha de telefone – 58% fixa e 88% móvel.

GRÁFICO 6 | PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR E ACESSO À INTERNET Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



SEGURANÇA

O sentimento generalizado de maior segurança na capital parece ser confirmado pelos dados do DATASUS e do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, os indicadores relativos ao Estado e, em especial à RMRJ, não apresentaram desempenho tão satisfatório, apontando para um possível deslocamento da violência do Município do Rio de Janeiro para as cidades adjacentes.

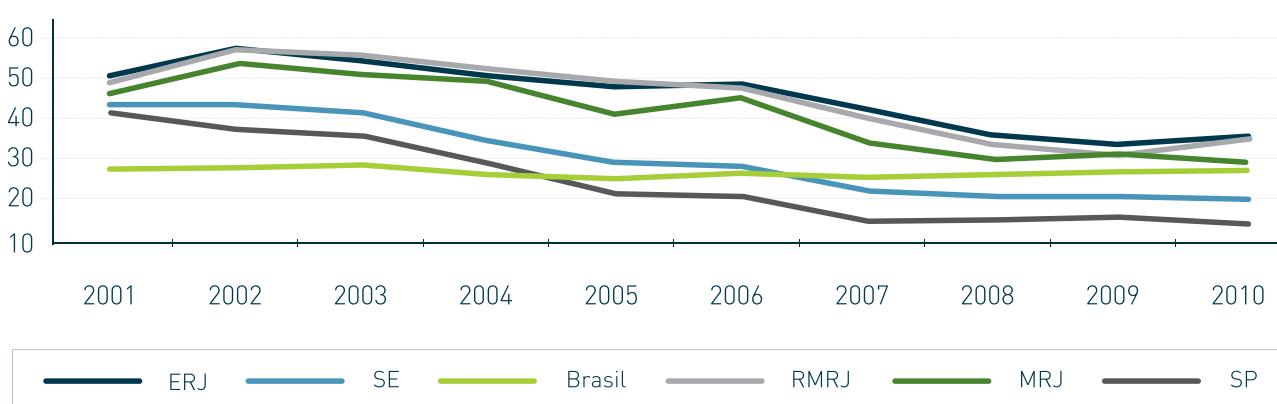
Entre 2003 e 2012, os crimes violentos e contra o patrimônio a cada 100 mil habitantes aumentaram, respectivamente, 7% e 39%. De acordo com o Gráfico 7, nota-se um padrão diferenciado na evolução temporal dessas categorias. Os crimes violentos caíram até 2008, quando entraram numa trajetória de ascensão. O contrário ocorreu com os crimes contra o patrimônio. Em 2012, aproximadamente 8.700 pessoas foram vítimas de crimes violentos e 12 mil sofreram algum crime contra o patrimônio mensalmente no Estado. Em relação aos últimos, os roubos caíram 15%, enquanto os furtos subiram 41%, atingindo 53 e 91 pessoas a cada 100 mil habitantes por mês em 2012, respectivamente. Os roubos seguiram a tendência verificada para os crimes contra o patrimônio, enquanto os furtos vêm aumentando continuamente desde 2003.

GRÁFICO 7 | EVOLUÇÃO MÉDIA MENSAL DA INCIDÊNCIA DE CRIMES POR 100 MIL HABITANTES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 2012 Fonte: IETS com base nos dados do ISP-RJ.



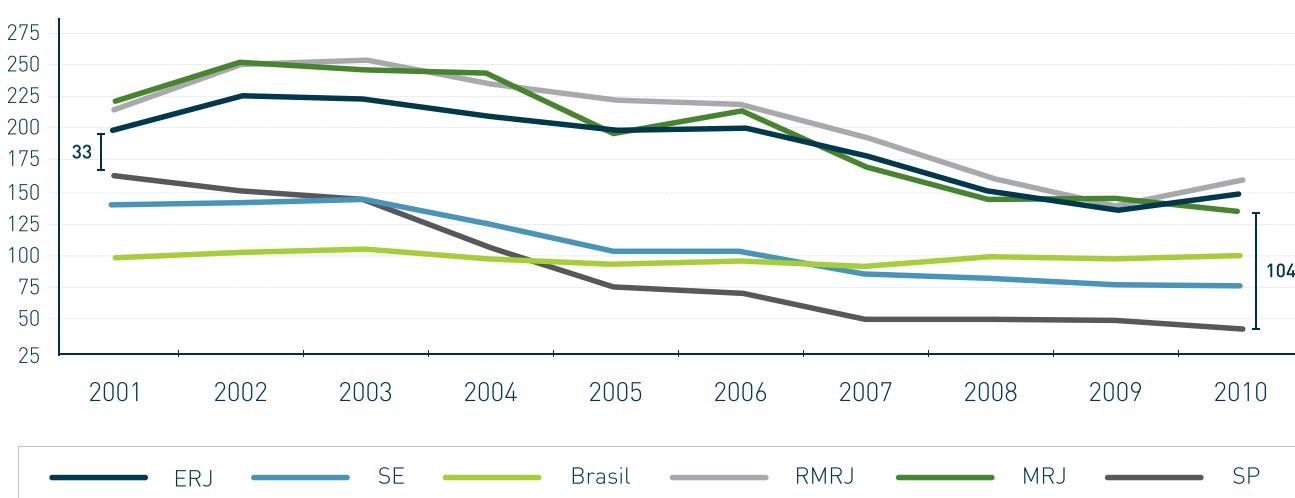
A taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes é a categoria mais usualmente analisada de crimes violentos. Como pode ser observado no Gráfico 8, a trajetória de queda dos homicídios no ERJ, desde 2002, foi interrompida em 2010. Esse movimento esteve associado ao aumento da violência na RMRJ, exceto na capital. Houve redução da taxa de homicídios ao longo da década na Região Sudeste devido à sua consistente diminuição em São Paulo, de modo que ambos apresentam menor incidência de assassinatos do que o Brasil desde 2007.

GRÁFICO 8 | HOMICÍDOS A CADA 100 MIL HABITANTES



Os homens jovens (entre 15 e 29 anos) constituem um grupo especialmente vulnerável à violência. Em 2006, o Rio de Janeiro apresentava a terceira maior taxa de homicídios de homens jovens do país. Em 2010, o Estado caiu para a oitava posição. Na realidade, esse indicador vem diminuindo desde 2002 no ERJ, mas essa queda se intensificou justamente a partir de 2006. Ainda assim, a taxa de homicídios fluminense de homens jovens é superior à brasileira e à do Sudeste. Além disso, a distância entre a taxa de São Paulo e a do Rio de Janeiro mais que triplicou entre 2001 e 2010. Entre 2009 e 2010, o aumento da taxa se deu particularmente na Região Metropolitana do Estado, exceto na capital, onde ela diminuiu (Gráfico 9).

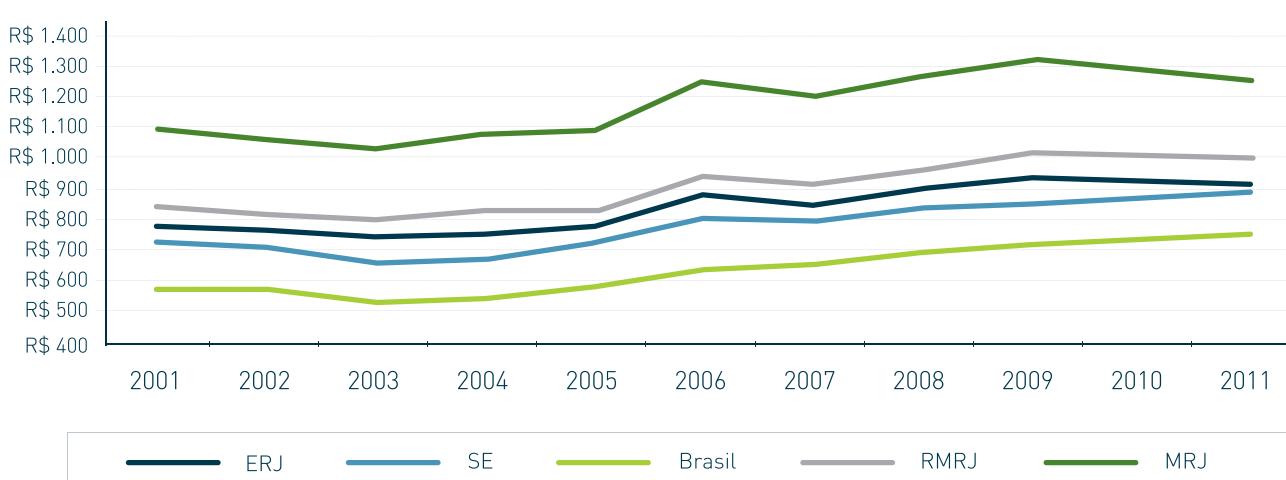
GRÁFICO 9 | HOMICÍDOS A CADA 100 MIL HABITANTES – HOMENS DE 15 A 29 ANOS Fonte: IETS com base nos dados do DATASUS.



RENDAS, POBREZA E DESIGUALDADE

O ERJ possui a quarta maior renda domiciliar *per capita* do país (R\$921), atrás do Distrito Federal (R\$ 1.573), Santa Catarina (R\$ 990) e São Paulo (R\$ 981).⁶ Entre 2001 e 2011, a renda domiciliar *per capita* no Estado do Rio de Janeiro subiu 17%, o menor crescimento da Região Sudeste. Além disso, de 2009 a 2011, houve uma redução na renda domiciliar *per capita* de 1,7% no Estado e na RMRJ, assim como de 5,1% na capital. Como pode ser observado no Gráfico 10, o mesmo não aconteceu no Brasil nem no Sudeste, região em que apenas o Rio de Janeiro apresentou queda na renda neste período. Da mesma forma, a RMRJ foi a única região metropolitana do país em que ocorreu tal fenômeno, que foi provocado pelo desempenho da capital.

GRÁFICO 10 | EVOLUÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (R\$ DE 2011) Fonte: IETS com base nos dados do PNAD/IBGE.



6. Santa Catarina ultrapassou o Rio de Janeiro em 2007 e São Paulo em 2009.

Apesar da redução na renda domiciliar *per capita* média do Estado entre 2009 e 2011, ao analisar sua evolução nesse período por décimo da distribuição da população⁷, observa-se uma queda da renda nos décimos finais e um aumento nos iniciais. Em outras palavras, houve crescimento da renda dos mais pobres e diminuição da renda dos mais ricos, como pode ser verificado no Gráfico 11.

GRÁFICO 11 | TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* POR DÉCIMOS DA DISTRIBUIÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 2009 A 2011 Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.

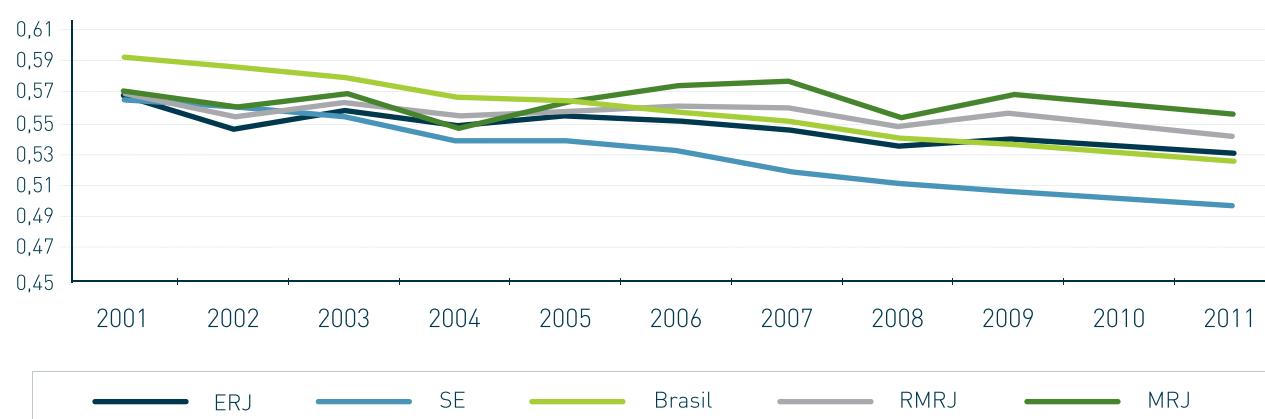
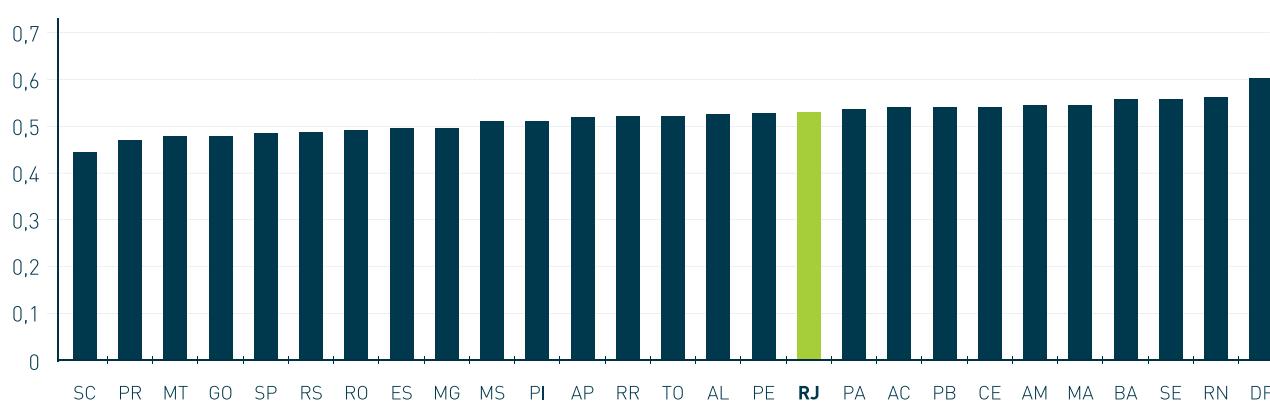


A diminuição da renda do sétimo ao nono décimos deveu-se majoritariamente à redução da proporção de adultos ocupados nestes domicílios. Já no último décimo, a explicação reside na queda da renda não proveniente do trabalho (aluguéis, juros etc.).

Como consequência, houve queda na desigualdade de renda (medida pelo coeficiente de Gini) no Estado do Rio de Janeiro, ainda que não tão significativa quanto nos outros estados do Sudeste. Na realidade, o nível de desigualdade do ERJ aproxima-se ao das Unidades da Federação do Nordeste, cuja renda média é mais baixa. O ERJ tem o maior Gini entre os estados do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste – com exceção do DF, que, por suas características peculiares, tem o mais alto coeficiente de Gini do país (Gráfico 13).

Assim, de acordo com o Gráfico 12, o coeficiente de Gini do ERJ, em 2001, era de 0,568, ligeiramente acima do observado na Região Sudeste (0,564) e abaixo da média brasileira, de 0,59. Em 2011, o coeficiente de Gini do Estado (0,532) ultrapassou o do Brasil (0,527) e é bem superior ao do Sudeste (0,50). Esse gráfico também mostra que o ritmo mais lento da redução da desigualdade no Rio de Janeiro entre 2009 e 2011 deveu-se em parte ao desempenho dos municípios que estão fora da Região Metropolitana, visto que a queda do Gini foi mais acelerada na RMRJ do que no total do Estado.

⁷. Para construir os décimos, ordena-se toda a população pela renda, que então é dividida em dez partes iguais. Os primeiros décimos são as parcelas mais pobres da população, enquanto os últimos correspondem às mais ricas. A análise da evolução da renda por décimos da população permite acompanhar o desempenho desse indicador em diferentes extratos sociais.

GRÁFICO 12 | EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.GRÁFICO 13 | COEFICIENTE DE GINI POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2011 Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.

Como a renda domiciliar *per capita* subiu menos no Estado do que no Brasil e na Região Sudeste entre 2001 e 2011, naturalmente os decis (que correspondem aos valores de corte de cada décimo da distribuição da população segundo a renda) também cresceram menos no Rio de Janeiro. A maior diferença entre a evolução dos decis no ERJ, na Região Sudeste e no país como um todo nesse período ocorreu nos dois primeiros decis, os mais pobres. Ao mesmo tempo, é possível observar que, entre 2009 e 2011, esse diferencial foi maior no quarto decil, que está mais próximo da classe média e equivale a R\$ 433 no Rio de Janeiro, R\$ 481 no Sudeste e R\$ 373 no Brasil.

A Tabela 1 explicita o viés pró-pobre do crescimento da renda na década passada nos três recortes territoriais analisados. Contudo, a distância entre os últimos decis ainda é muito grande e se manteve estagnada entre 2001 e 2011 no Rio de Janeiro, demonstrando a concentração de renda no segmento mais rico da população no Estado.

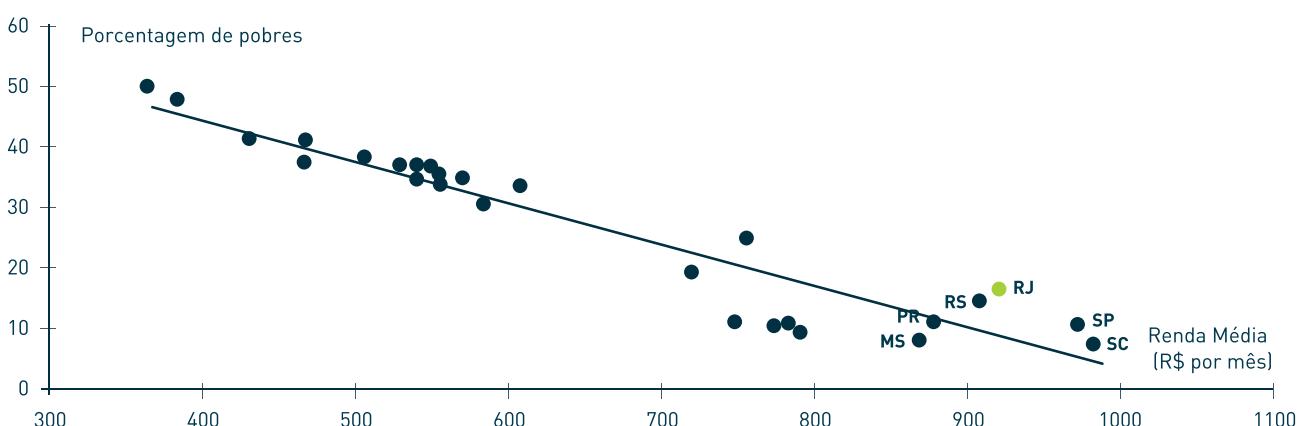
TABELA 1 | EVOLUÇÃO DOS DECIS DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A RENDA Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.

		PRIMEIRO	SEGUNDO	TERCEIRO	QUARTO	QUINTO	SEXTO	SÉTIMO	OITAVO	NONO
RJ	2001	123	194	258	335	411	531	697	968	1639
	2009	177	264	348	436	524	653	843	1124	1910
	2011	187	273	350	433	545	650	830	1125	1875
SE	2001	113	174	242	314	387	500	663	944	1548
	2009	174	262	348	440	524	648	816	1090	1685
	2011	200	291	380	481	567	700	863	1133	1760
Brasil	2001	73	116	171	226	290	379	503	726	1239
	2009	121	188	261	337	427	524	674	914	1461
	2011	136	213	287	373	475	573	730	984	1500
Variação 11-01	RJ	52%	41%	36%	30%	33%	22%	19%	16%	14%
	SE	77%	67%	57%	53%	46%	40%	30%	20%	14%
	Brasil	86%	78%	63%	62%	61%	49%	44%	33%	21%
Variação 11-09	RJ	6%	3%	0%	-1%	4%	0%	-2%	0%	-2%
	SE	15%	11%	9%	9%	8%	8%	6%	4%	4%
	Brasil	12%	13%	10%	11%	11%	9%	8%	8%	3%
Variação 11-01 (p.p.)	RJ-SE	-25	-26	-21	-24	-14	-18	-11	-4	1
	RJ-Brasil	-34	-38	-28	-32	-28	-26	-24	-17	-7
Variação 11-09 (p.p.)	RJ-SE	-9	-8	-9	-10	-4	-9	-7	-4	-6
	RJ-Brasil	-6	-10	-9	-11	-7	-10	-10	-8	-5

Apesar do menor crescimento relativo dos primeiros decis no ERJ entre 2001 e 2011, em consonância com as taxas de crescimento positivas da renda média dos décimos mais baixos frente às negativas nos mais altos, a renda média dos pobres subiu 6% no Estado do Rio de Janeiro de 2009 a 2011. Essa variação foi maior do que a verificada no Sudeste (1,6%) e no Brasil (0,2%), alcançando o Rio ao posto de Estado com maior renda média dos pobres, de R\$ 154,5.

Com menor crescimento da renda e queda menos expressiva da desigualdade entre 2001 e 2011, os avanços na redução da pobreza foram menores no Rio de Janeiro. O Estado chegou a ter um percentual de pobres mais baixo do que o Sudeste no final dos anos 90 e início da década atual. Porém, o Rio tem se distanciado da média do Sudeste e se aproximado à média nacional. No Gráfico 14, observa-se que, nas Unidades da Federação cujo nível de renda é próximo ao do ERJ, a pobreza é menor do que no Rio de Janeiro.

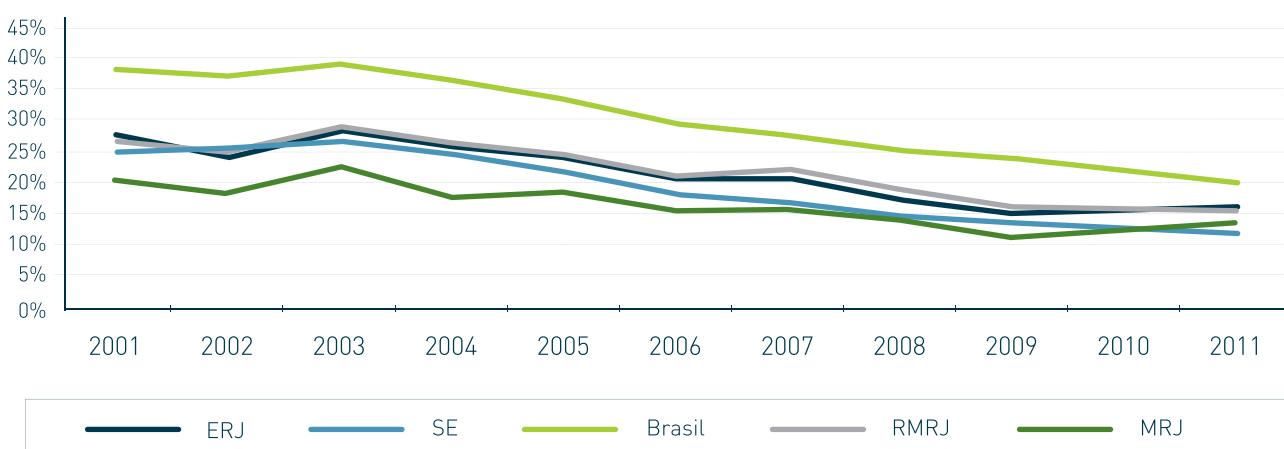
GRÁFICO 14 | RELAÇÃO ENTRE POBREZA E RENDA MÉDIA NOS ESTADOS BRASILEIROS – 2011 Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE. *Nota: Exceto o Distrito Federal.



Entre 2009 e 2011, houve aumento da proporção de pobres no Estado do Rio de Janeiro, ainda que não muito alto, ao contrário do que ocorreu no Brasil e na Região Sudeste. Desta forma, 16% da população do Estado é constituída por pessoas que vivem com menos de R\$ 240 por mês, contra 11% da média do Sudeste. Assim, apesar de ter mais pobreza no Estado, o nível de renda dos pobres é melhor do que o da Região Sudeste e do Brasil. Por sua vez, a extrema pobreza diminuiu, embora o Rio de Janeiro ainda seja o líder do Sul-Sudeste neste indicador, com 4% de sua população vivendo com uma renda abaixo de R\$ 120 por mês.

O Gráfico 15 mostra a evolução da proporção de pobres em diferentes recortes dentro do Estado. A pobreza se manteve estável na RMRJ, de modo que esse indicador, que era mais baixo no Estado, agora é similar nas duas unidades de análise. Já na capital, após anos de queda consistente, houve aumento expressivo na proporção de pobres entre 2009 e 2011, que passou de 11,4% para 13,5%. Portanto, a pobreza certamente caiu nos demais municípios da Região Metropolitana e aumentou nos municípios que não fazem parte dela.

GRÁFICO 15 | EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DE POBRES Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



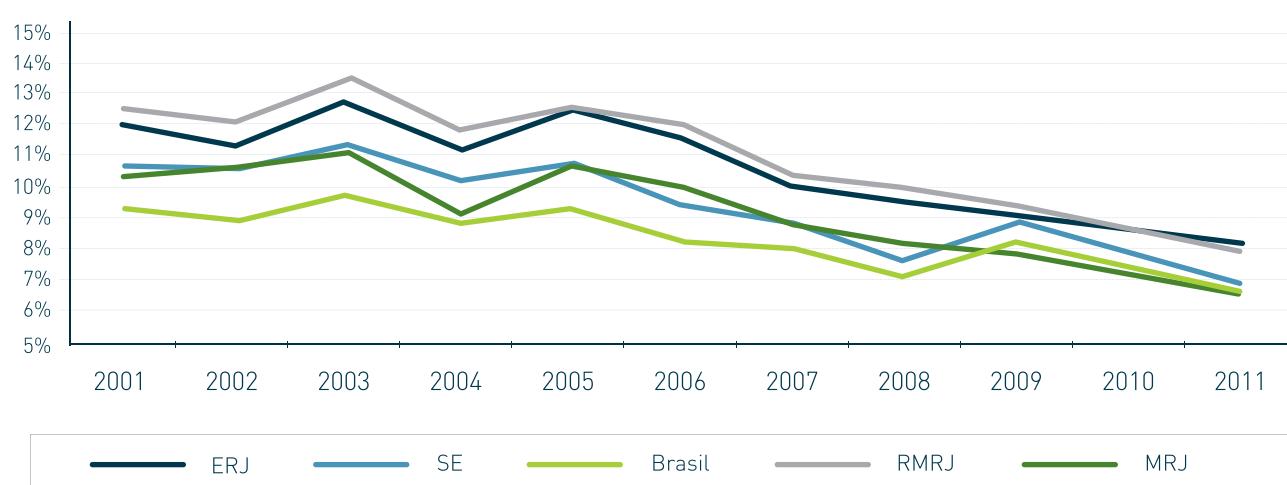
TRABALHO E RENDIMENTO

TAXA DE PARTICIPAÇÃO, OCUPAÇÃO E DESEMPREGO

Na última década, o mercado de trabalho fluminense tem sido caracterizado por sua baixa taxa de participação e alto desemprego em relação ao Sudeste e ao Brasil. Estados que possuem níveis de renda parecidos com o do Rio de Janeiro, como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, apresentam maiores taxas de atividade e menor desemprego.

No entanto, a taxa de desemprego no ERJ está caindo desde 2005. Isso não foi verificado no Brasil e na Região Sudeste, onde essa trajetória de queda foi interrompida pelo aumento do desemprego em 2009, provavelmente em decorrência dos reflexos da crise internacional (Gráfico 16). Ainda assim, a taxa de desemprego no Estado do Rio de Janeiro (8,2%) é a 7ª mais alta entre as Unidades da Federação - a maior dos estados do Sul-Sudeste -, superior à taxa nacional (6,8%) e à média do Sudeste (7,0%). Apesar de o desemprego ter diminuído um ponto percentual entre 2009 e 2011 no Estado, essa queda foi menor do que a aferida na Região Metropolitana, a qual foi menos forte do que no Município do Rio de Janeiro⁸.

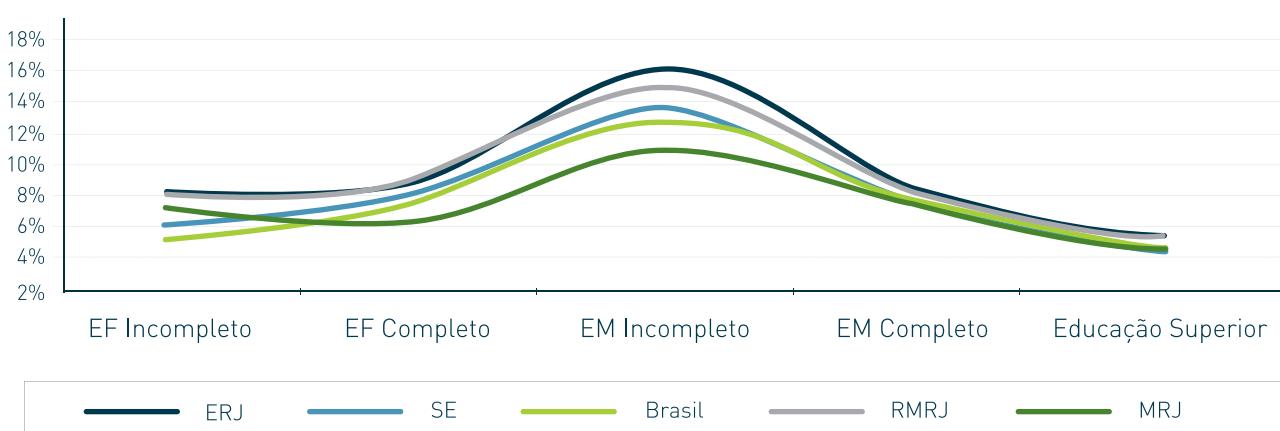
GRÁFICO 16 | TAXA DE DESEMPREGO Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



De acordo com o Gráfico 17, a taxa de desemprego por nível de escolaridade no Rio de Janeiro segue o padrão brasileiro e possui perfil de U-invertido, sendo o pico no Ensino Médio incompleto. Esse pico é mais alto no Rio, onde 16% das pessoas que abandonaram o Ensino Médio estão desempregadas. A taxa de desemprego dos jovens de 15 a 24 anos também é mais elevada no Rio de Janeiro, onde equivale a 20%, frente a 16% no Sudeste e no Brasil. Em 2011, o desemprego de jovens e pessoas com Ensino Médio incompleto se concentrou nos municípios fora da RMRJ.

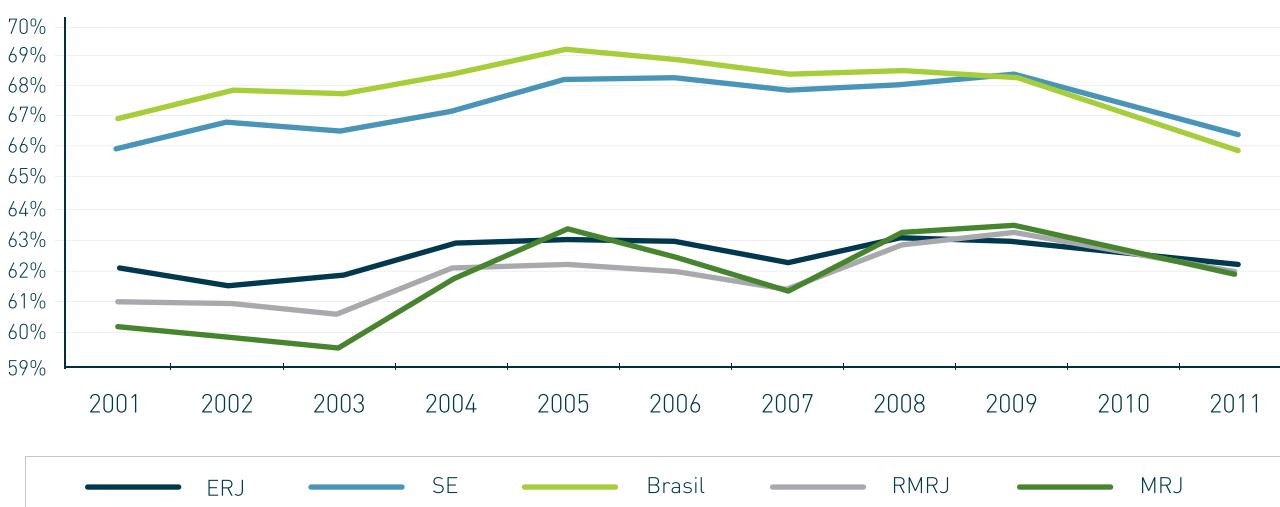
⁸. A taxa de desemprego na RMRJ aferida pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE), em 2011, foi de 5,2% e tem mantido a tendência de queda iniciada em 2006. Assim, em abril de 2013, chegou a 4,2%, a segunda menor taxa entre as seis maiores regiões metropolitanas, superior à de Porto Alegre. É a menor taxa de desocupação de abril desde o início da série em março de 2002.

GRÁFICO 17 | TAXA DE DESEMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



A queda do desemprego no Estado ocorreu simultaneamente a uma relativa estabilidade da taxa de participação no ERJ, enquanto a taxa de atividade brasileira está em queda desde 2005⁹. Não obstante, a taxa de participação no mercado de trabalho do Rio de Janeiro é a 6^a menor do país (62%), próxima à dos estados do Nordeste e inferior à da região Sudeste (67%) e do país como um todo (66%). Entre 2009 e 2011, houve decréscimo na taxa de participação no Rio de Janeiro e seus recortes. Na RMRJ e na capital, a redução nas taxas de atividade foi maior e, consequentemente, a pressão da oferta de trabalho menor (Gráfico 18).

GRÁFICO 18 | EVOLUÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



9. Esse movimento pode ser explicado, em parte, pelo aumento da população em idade ativa no país (pessoas de 15 anos ou mais), que, por sua vez, está relacionado ao envelhecimento da população.

A taxa de participação de mulheres e de adultos aumentou no Rio de Janeiro, no Sudeste e no Brasil na última década, embora mais fortemente nos dois primeiros, onde a participação de brancos e amarelos, pessoas com mais de 50 anos e Ensino Médio completo também cresceu (Tabela 2). Embora a taxa de desemprego de jovens e pessoas com Ensino Médio incompleto seja mais alta no Estado do que nos demais recortes analisados, a taxa de atividade de ambos é bem mais baixa no Rio de Janeiro do que na Região Sudeste e no Brasil. Ou seja, as oportunidades para esses dois grupos são limitadas no mercado de trabalho fluminense.

TABELA 2 | TAXA DE PARTICIPAÇÃO Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.

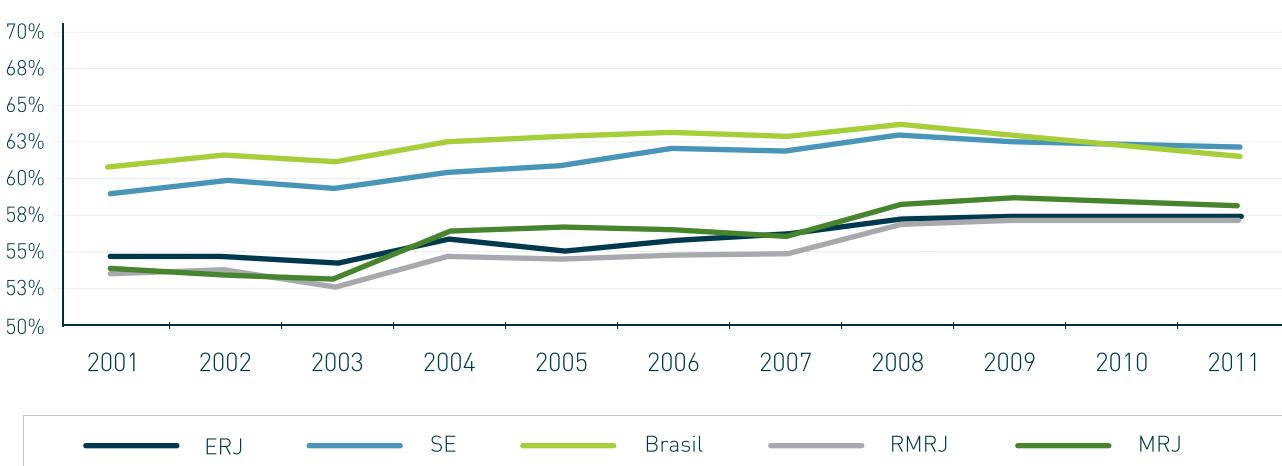
CARACTERÍSTICAS PESSOAIS	RIO DE JANEIRO			SUDESTE			BRASIL			2011	
	2001	2011	VAR. (PP)	2001	2011	VAR. (PP)	2001	2011	VAR. (PP)	RJ-SE	RJ-BRASIL
GÊNERO											
Homens	76.6	74.2	-2.4	80.0	77.7	-2.4	81.0	78.2	-2.9	-3.4	-3.9
Mulheres	49.8	51.8	2.0	53.4	56.3	2.9	54.2	55.0	0.9	-4.5	-3.2
RACIA											
Brancos e Amarelos	60.0	60.7	0.6	64.8	65.1	0.4	66.4	65.6	-0.8	-4.5	-5.0
Pretos e Pardos	65.5	63.8	-1.7	68.4	68.3	-0.1	67.7	66.5	-1.2	-4.5	-2.7
FAIXA ETÁRIA											
15 - 24 anos	55.6	49.7	-6.0	63.5	62.1	-1.4	61.8	59.1	-2.7	-12.4	-9.5
25 - 49 anos	79.1	82.1	3.0	79.3	83.3	4.0	79.9	81.7	1.9	-1.2	0.4
50 anos ou mais	37.8	42.0	4.2	42.1	43.4	1.3	46.6	45.5	-1.1	-1.4	-3.5
ESCOLARIDADE											
Ensino Fundamental Incompleto	54.5	49.0	-5.5	58.8	52.7	-6.2	62.1	55.2	-6.9	-3.7	-6.2
Ensino Fundamental Completo	62.8	59.6	-3.2	66.2	63.9	-2.2	66.5	64.4	-2.1	-4.4	-4.8
Ensino Médio Incompleto	57.2	51.4	-5.7	64.4	60.3	-4.1	64.0	59.6	-4.5	-8.9	-8.1
Ensino Médio Completo	71.4	73.0	1.6	77.1	77.8	0.8	78.1	77.8	-0.3	-4.8	-4.7
Superior Incompleto ou mais	78.9	77.4	-1.5	82.0	81.7	-0.3	82.6	81.8	-0.9	-4.3	-4.4
TOTAL	62.9	62.2	-0.7	67.1	66.5	-0.6	68.6	66.2	-2.4	-4.3	-4.0

As mulheres jovens podem estar retardando a entrada no mercado de trabalho no Rio de Janeiro mais do que nos outros recortes territoriais analisados, contribuindo para a reduzida participação da faixa etária entre 15 a 24 anos no Estado. Desse modo, enquanto a diferença na taxa de participação de mulheres jovens do Rio de Janeiro em relação à taxa do Sudeste e do Brasil dobrou entre 2001 e 2011, ela aumentou 3 p.p. para os homens, de acordo com a Tabela 3.

TABELA 3 | TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE JOVENS DE 15 A 24 ANOS Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.

	2011		2001	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Brasil	50,8	67,4	51,2	72,7
SE	56,6	67,5	54,7	72,5
RJ	43,1	56,1	47,3	64,5
RJ-SE	-13	-11	-7	-8
RJ-Brasil	-8	-11	-4	-8

Outra característica que diferencia o mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro é sua baixa taxa de ocupação, dada pela proporção de ocupados na população em idade ativa. O percentual de ocupados no Rio (57%) é o mais baixo entre os estados do Sul e do Sudeste e é também inferior ao do Brasil (62%). Contudo, enquanto esse indicador vem sofrendo sucessivas quedas no Brasil e na Região Sudeste desde 2008, ele permaneceu estável no Rio de Janeiro. Embora a proporção de ocupados na capital seja mais alta do que no Estado, houve redução na ocupação em 2011 na cidade do Rio (Gráfico 19). Os demais municípios que compõem a Região Metropolitana impediram uma maior redução da taxa de ocupação.

GRÁFICO 19 | EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE OCUPADOS Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.

Em relação à composição setorial do emprego no Estado, entre 2001 e 2011, houve aumento do percentual de ocupados na construção civil e no setor de serviços e queda na proporção de trabalhadores na indústria e no comércio, enquanto o peso da administração pública permaneceu estável.

TEMPO DE DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO

A mobilidade urbana representa um componente importante da qualidade de vida dos moradores de uma cidade, pois permite tanto o acesso ao emprego como também aos serviços de saúde, educação e lazer. Conforme Raia Junior (2009), dois fatores influenciam a mobilidade urbana: (1) desempenho do sistema de transporte (infra-estrutura de transporte, horários e rotas) e (2) condições de vida dos indivíduos (posse de meio de transporte próprio, restrições de renda etc.).

Conforme diagnóstico CEPAL e IPEA (2011), os sistemas de mobilidade urbana das principais regiões metropolitanas do Brasil são caracterizados por baixa qualidade no atendimento e por altos custos. Usualmente, não operam de forma eficiente, impondo aos indivíduos custos monetários e custos de oportunidade (tempo despendido nas locomoções), e, à sociedade, custos ambientais e econômicos (externalidades negativas). A análise do custo medido em termos de tempo de deslocamento de casa ao trabalho na RMRJ é um dos maiores do mundo, perdendo apenas para Xangai e ficando praticamente empatado em 2º lugar com São Paulo¹⁰.

No Estado do Rio, o mais metropolitano da Federação, a mobilidade urbana é uma necessidade premente. A sua Região Metropolitana concentra 74% dos postos de trabalho de todo o Estado, sendo 41% na capital e 33% espalhados nos municípios da periferia. O tempo médio de deslocamento de casa ao trabalho da RMRJ é semelhante ao da Região Metropolitana de São Paulo e cresce ao longo do tempo, sendo de 48 minutos em 2011.

Entretanto, vale considerar as diferenças entre as áreas centrais (capitais), mais dinâmicas e que se caracterizam por aglutinar a maior parte dos postos de trabalho, e as áreas periféricas, mais afastadas do centro econômico, usualmente com déficit de serviços e que concentram as residências da população de baixa renda. Primeiramente, como pode ser visto no Gráfico 20, o tempo médio de deslocamento dos trabalhadores que moram na capital é menor do que aqueles que moram na periferia do Rio de Janeiro¹¹, o que não ocorre em São Paulo. Em segundo lugar, enquanto o tempo médio de deslocamento cresceu continuamente nas capitais, na periferia do Rio ficou estagnado entre 2009 e 2011 e na de São Paulo houve queda. Assim, enquanto em 2009 os trabalhadores que moravam nas áreas periféricas da RMRJ tinham maior tempo médio de deslocamento dos recortes analisados, em 2011 o maior tempo foi na capital paulista.

GRÁFICO 20 | TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO DE CASA AO TRABALHO (EM MINUTOS) Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



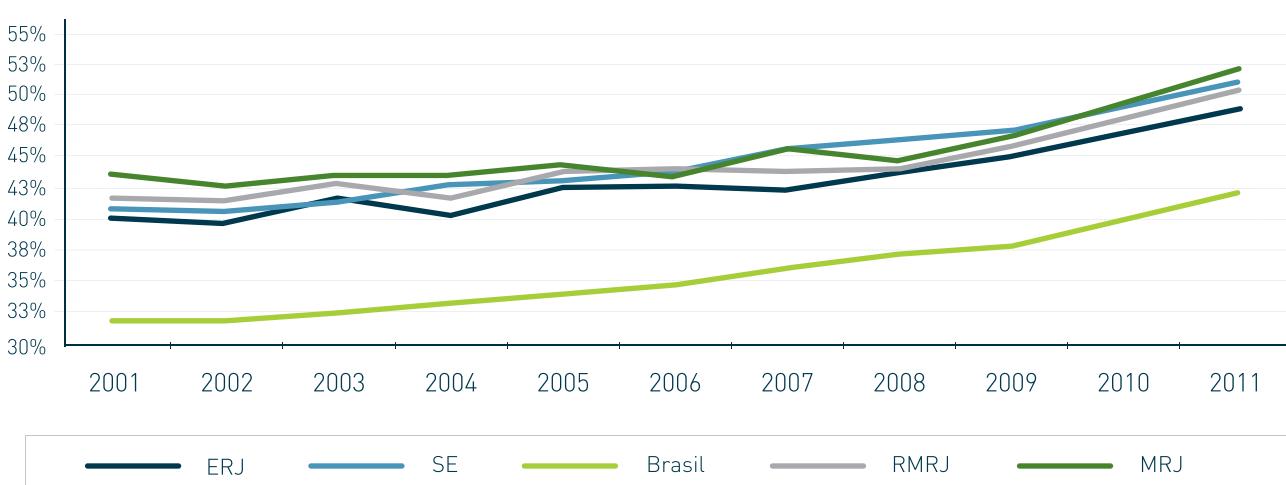
10. Para tanto, ver Pereira & Schwanen (2013). 11. Neri (2010) mostra, com base na PNAD 2009, que o maior tempo de transporte é na periferia da RMRJ, comparando periferias e capitais das nove regiões metropolitanas brasileiras.

Esse resultado pode estar sinalizando um início da melhora na mobilidade urbana para os trabalhadores que moram nas áreas periféricas da RMRJ. Ainda é cedo para conclusões sobre os investimentos que estão sendo realizados na área de mobilidade urbana no Estado e, principalmente, na capital, porém esse resultado pode estar apontando as alternativas ferroviárias mais adequadas para diminuir tempo de deslocamento do que as rodoviárias, onde estão sendo concentrados os recursos da capital nessa área.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

A formalização do trabalho – percentual de empregos com carteira assinada – segue trajetória crescente no Estado (particularmente no Município do Rio de Janeiro, desde 2008), assim como no Brasil e na Região Sudeste (Gráfico 21). O percentual de empregados com carteira assinada no Rio de Janeiro (49%) só é inferior ao de São Paulo (57%) e Santa Catarina (52%) em todo o país. Os setores mais formalizados no Estado são a indústria e o comércio, em que 66% e 55% dos trabalhadores possuem carteira assinada, respectivamente. O aumento da formalização no ERJ na última década parece se dever ao crescimento do emprego com carteira assinada nos setores em que a taxa de formalização é mais baixa.

GRÁFICO 21 | PERCENTUAL DE OCUPADOS COM CARTEIRA ASSINADA Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



Em contrapartida, o emprego sem carteira assinada está em queda. Após cinco anos acima da média do Sudeste, o ERJ passou a ter, em 2011, o mesmo percentual de ocupados sem carteira de sua região (17%).¹² A proporção de trabalhadores sem carteira assinada é maior nos municípios que não compõem a RMRJ do que nas demais cidades do Estado.

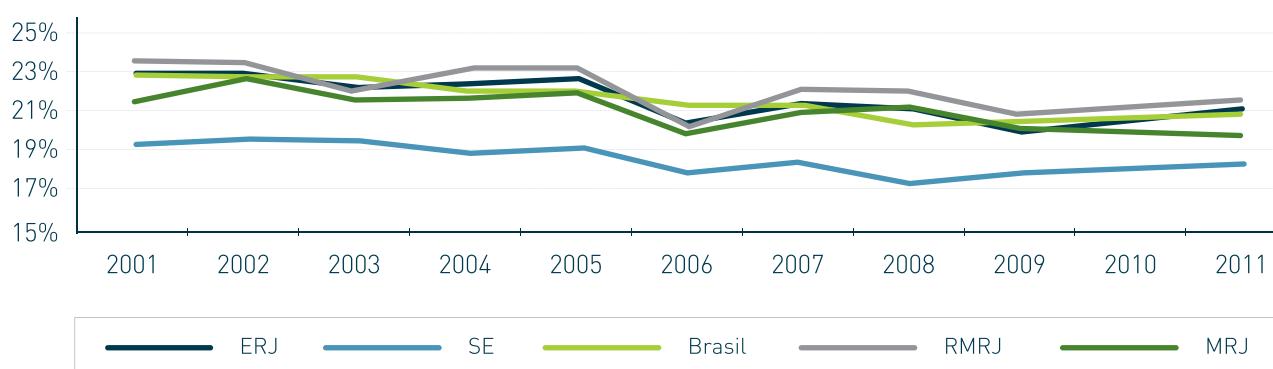
O crescimento generalizado do emprego com carteira nos últimos anos caracteriza uma melhora no mercado de trabalho, mas coloca questões sobre o papel do empreendedorismo como forma de inserção e fonte de maiores oportunidades.

12. Vale lembrar que as médias do Sudeste são fortemente influenciadas pela dinâmica da ocupação em São Paulo, devido ao grande peso da força de trabalho desse Estado na região.

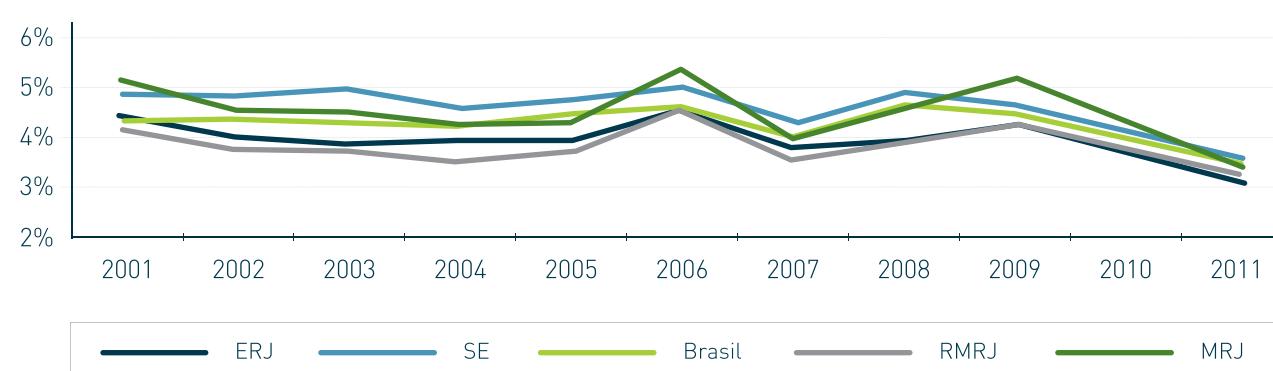
Apesar da tendência de queda no trabalho por conta própria tanto no Estado quanto na Região Sudeste e no Brasil entre 2001 e 2011, houve crescimento no percentual de autônomos desde 2008 (Gráfico 22). No ERJ, esse aumento só foi observado a partir de 2009 e se deu especialmente nos municípios da Região Metropolitana¹³ excluindo a capital, onde, ao contrário do que ocorreu no Estado e na RMRJ, houve redução na porcentagem de trabalhadores por conta própria.

Migrar do trabalho por conta própria para um emprego com carteira assinada pode não ser simples devido às maiores exigências de qualificação por parte dos empregadores. Enquanto cerca de 2/3 dos trabalhadores com carteira possuem ao menos o Ensino Médio completo, mais da metade dos autônomos estudou somente até o Ensino Fundamental, sem terminá-lo em 75% dos casos.

GRÁFICO 22 | PERCENTUAL DE TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



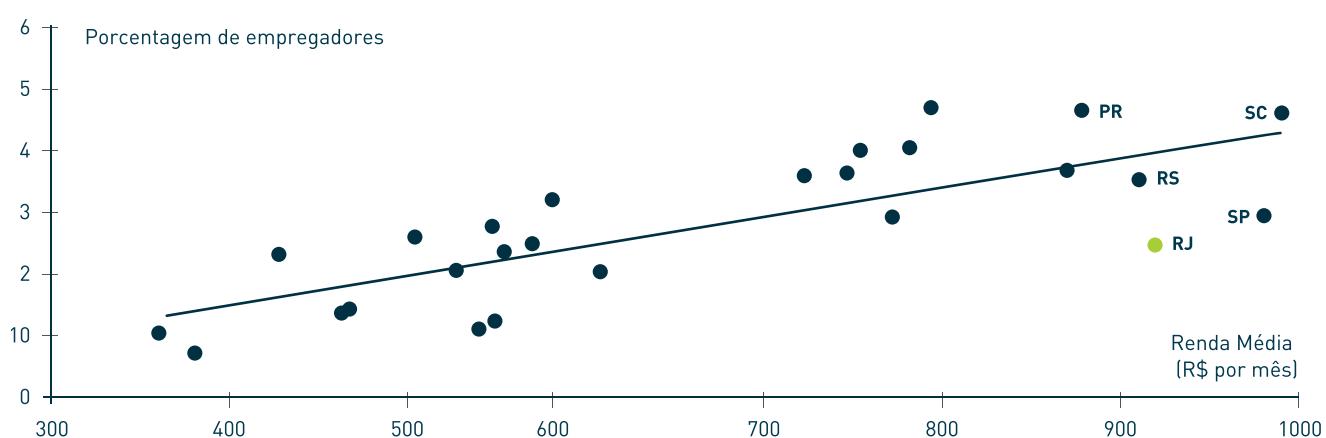
PERCENTUAL DE EMPREGADORES Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.



O Rio de Janeiro tem o menor percentual de empregadores (3,1%) entre os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste (cuja renda média está mais próxima da fluminense), abaixo da média no Brasil (3,4%), inclusive. Assim como na Região Sudeste e no país como um todo, a proporção de empregadores nos ocupados diminuiu no Estado entre 2009 e 2011, em especial na capital. Por conta disso, a porcentagem de empreendedores (trabalhadores por conta própria e empregadores) caiu ligeiramente em 2011 no ERJ.

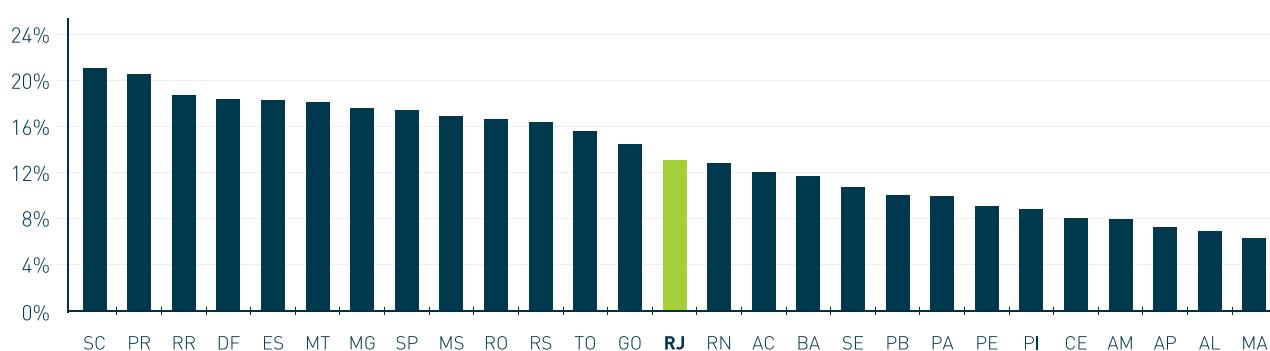
13. De acordo com a PME/IBGE, a participação dos trabalhadores por conta própria na ocupação total da RMRJ diminuiu ao longo do período de 2009 a 2012. Já o percentual de empregadores entre os ocupados após quedas consecutivas desde o inicio da pesquisa em 2002, registrou crescimento em 2012, chegando a 4,4% da ocupação total.

GRÁFICO 23 | RELAÇÃO ENTRE PROPORÇÃO DE EMPREGADORES E RENDA MÉDIA NOS ESTADOS BRASILEIROS – 2011 Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE. *Nota: Exceto o Distrito Federal.



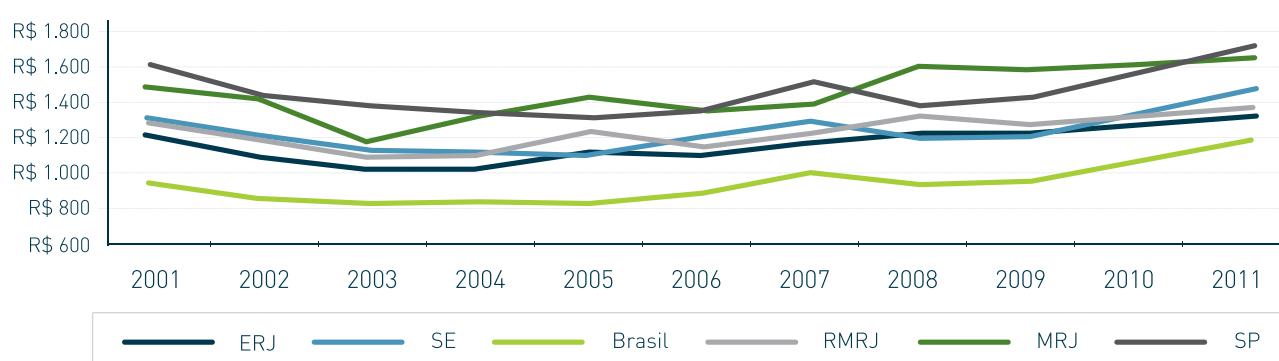
Os empregadores são consideravelmente mais escolarizados do que os trabalhadores por conta própria (3/4 deles completaram o Ensino Básico), levantando indícios de que apenas os empreendedores mais educados tornam-se empregadores. Nesse sentido, o percentual de empregadores em relação ao universo de empreendedores capta a proporção de pessoas que são bem-sucedidas em seu próprio negócio e conseguem expandi-lo, contratando trabalhadores. Esse indicador é igual a 13% no Rio de Janeiro, indicando que o estímulo a empreender no Estado é baixo em comparação com as Unidades da Federação do Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Gráfico 24).

GRÁFICO 24 | PROPORÇÃO DE EMPREGADORES ENTRE OS EMPREENDEDORES – 2011

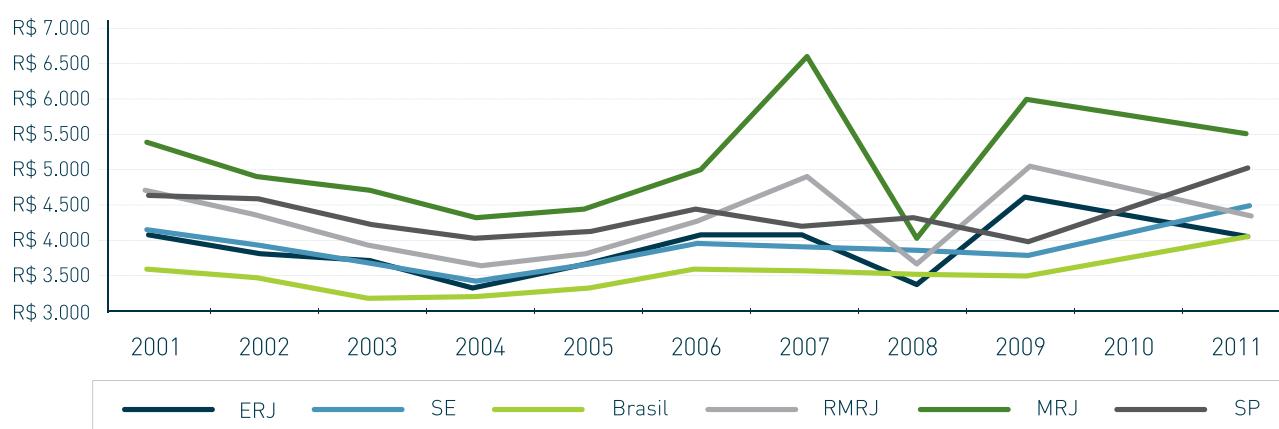


A remuneração dos empreendedores fornece outra perspectiva do quão propício a empreender é o ambiente de negócios. A renda dos autônomos aumentou bem menos no Estado (8%) do que no Sudeste (19%) e em São Paulo (20%) entre 2009 e 2011. Os trabalhadores por conta própria têm rendimento menor no Rio de Janeiro do que na Região Sudeste e em São Paulo - R\$ 1.323, R\$ 1.460 e R\$ 1.710, respectivamente. A remuneração dos empregadores fluminenses é volátil: subiu muito entre 2008 e 2009 e diminuiu bastante em 2011, passando para R\$ 4.000, abaixo da renda dos empregadores paulistas, de R\$ 5.000. Essa queda foi mais expressiva nos municípios que compõem a RMRJ, exclusive a capital (Gráfico 25).

GRÁFICO 25 | EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA Fonte: IETS com base nos dados PNAD/IBGE.



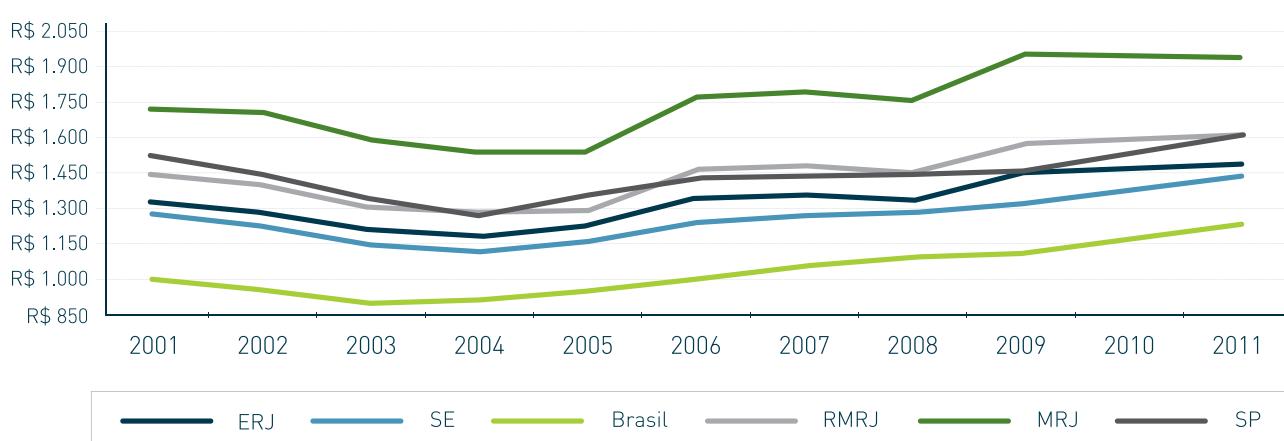
EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS EMPREGADORES Fonte: IETS com base nos dados PNAD/IBGE.



Ao mesmo tempo, a renda dos trabalhadores com carteira assinada no Estado (R\$ 1.443) manteve sua trajetória crescente e permanece próxima à de São Paulo (R\$ 1.508), apesar de sua taxa de variação entre 2009 e 2011 (4,2%) ter sido cerca da metade da verificada em São Paulo.

Na última década, os rendimentos dos trabalhadores fluminenses cresceram 12% ao ano, ritmo inferior ao do Brasil, mas o dobro do observado em São Paulo. Contudo, após um aumento que a levou ao nível de São Paulo entre 2008 e 2009, a renda do trabalho ficou praticamente estagnada no Rio de Janeiro nos dois últimos anos (Gráfico 26). A remuneração média também cresceu timidamente na RMRJ nesse período, em parte por conta de sua queda na capital. Atualmente, a renda média do trabalho no Estado é de R\$ 1.477, acima da observada no Brasil (R\$ 1.213) e a segunda maior do Sudeste, depois de São Paulo (R\$ 1.605).

GRÁFICO 26 | EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA DO TRABALHO Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.

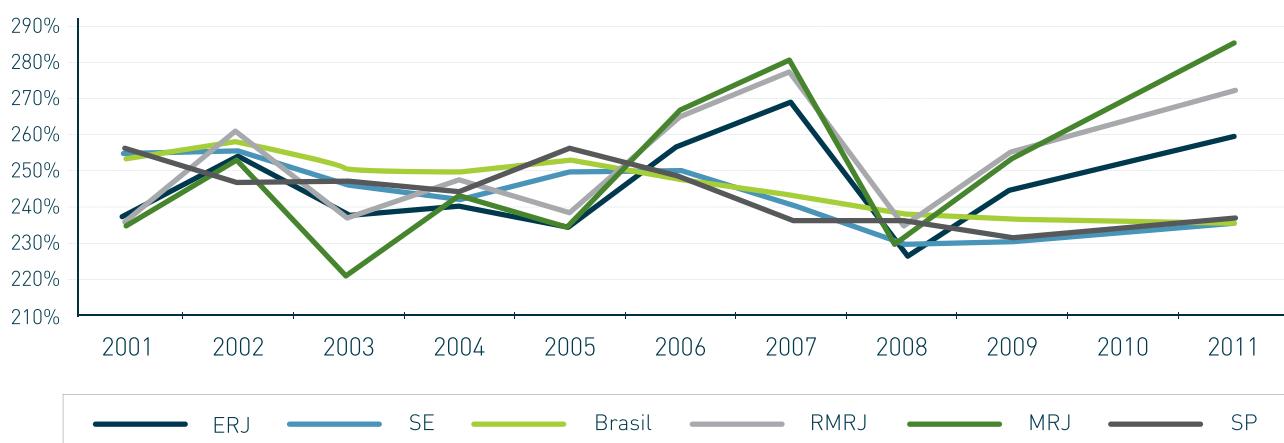


Em dois dos setores com crescimento do percentual de ocupados, houve retração da remuneração média do trabalho entre 2009 e 2011: na construção civil e nos serviços de alojamento e alimentação. Em ambos, a depreciação dos salários foi mais forte na capital.

No que diz respeito à evolução da renda do trabalho por características pessoais no Estado, entre 2009 e 2011 houve queda na remuneração de homens e aumento na de mulheres, embora o salário médio deles permaneça superior ao das mulheres: respectivamente R\$ 1.664 e R\$ 1.238. Apesar de trabalhadores que completaram o Ensino Fundamental e Médio serem mais valorizados – a renda média sobe de R\$ 800 para R\$ 906 ao se completar o Ensino Fundamental e de R\$ 866 para R\$ 1.263 (um diferencial de 70%) ao término do Ensino Médio – houve queda nos rendimentos das pessoas que possuem o Ensino Fundamental ou Médio completo entre 2009 e 2011.

Ao mesmo tempo, a remuneração média das pessoas com algum nível de educação superior aumentou 5% de 2009 a 2011, atingindo R\$ 3.266, aproximadamente 2,6 vezes o salário dos trabalhadores que terminaram o Ensino Médio. Consequentemente, o diferencial salarial entre as pessoas com o Ensino Médio completo e alguma educação superior cresceu 15 p.p. nos últimos anos, consolidando o Rio de Janeiro como a 5ª Unidade da Federação (atrás do DF, BA, SE e RN) nesse indicador. Como pode ser observado no Gráfico 27, esse diferencial no início da década era mais baixo no ERJ do que em São Paulo, na Região Sudeste e no Brasil. Em 2011, o Rio de Janeiro ultrapassou os três em mais de 20 pontos percentuais.

GRÁFICO 27 | EVOLUÇÃO DO DIFERENCIAL SALARIAL ENTRE PESSOAS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO E ALGUMA EDUCAÇÃO SUPERIOR Fonte: IETS com base nos dados PNAD/IBGE.



Isso porque o diferencial salarial entre as pessoas com o Ensino Médio completo e alguma educação diminuiu no Brasil, SE e SP de 2005 a 2009, sofrendo um ligeiro aumento em 2011 nos dois estados, mas permanecendo em queda no país. Já no ERJ, esse diferencial acompanhou a trajetória observada na capital, que, além de errática, levou o salário de uma pessoa que chegou à faculdade ser quase o triplo de outra que encerrou os estudos após finalizar o Ensino Médio em 2011. Essa enorme distância pode ser uma das explicações para a manutenção da alta desigualdade de renda no Estado.

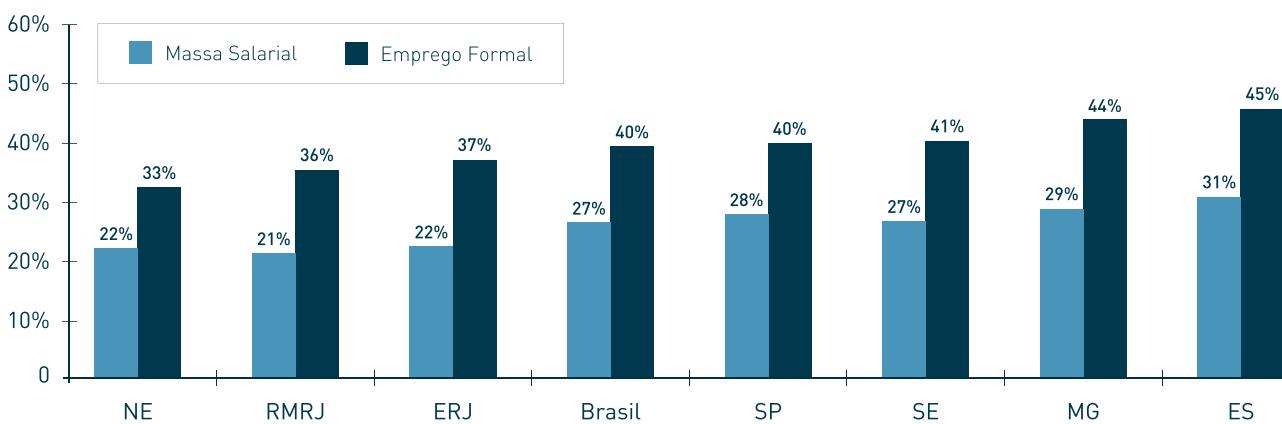
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A baixa participação das MPE¹⁴ no emprego formal no Rio de Janeiro explica uma característica da economia fluminense: estrutura produtiva baseada em setores com presença maior de estabelecimentos de grande porte. 37% dos empregos formais no ERJ são em MPE, percentual que se encontra entre os verificados no Nordeste (33%) e no Brasil (40%), ou seja, inferior aos observados nos estados do Sudeste e na média da região (41%). Entre os recortes territoriais analisados, o Rio de Janeiro (e sua Região Metropolitana) foi o único em que houve redução da participação das MPE no emprego formal entre 2009 e 2011.

A contribuição das MPE na massa salarial também é reduzida no Rio de Janeiro (22%), situando-se no nível nordestino e abaixo da média brasileira e do Sudeste, de 27%, conforme o Gráfico 28. A participação das MPE no emprego formal e na remuneração total na RMRJ é inferior à observada no Estado, denotando uma precariedade ainda maior no trabalho de micro e pequenos empreendedores.

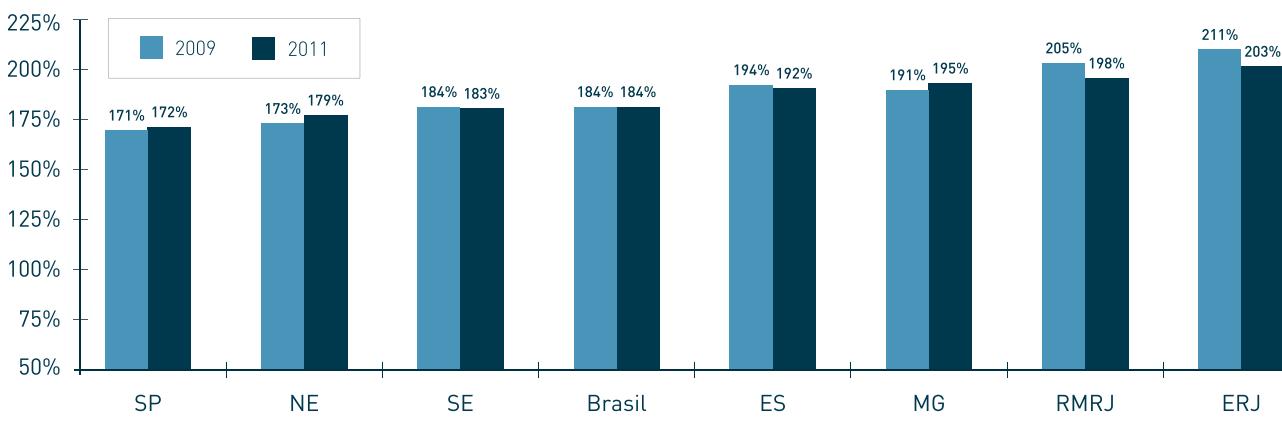
¹⁴. O porte ou tamanho de empresas foi definido pelo critério de classificação por número de funcionários, utilizada pelo Sistema Sebrae. Assim, as micro e pequenas empresas (MPEs) compreendem indústrias (de transformação e extrativa mineral) com até 99 funcionários e as empresas agropecuárias, empresas do comércio e empresas dos serviços com até 49 funcionários. Já as médias e grandes empresas (MGE) são indústrias com 100 ou mais funcionários e empresas agropecuárias, do comércio e de serviços com 50 ou mais funcionários.

GRÁFICO 28 | PARTICIPAÇÃO DAS MPE NO EMPREGO FORMAL E NA MASSA SALARIAL – 2011 Fonte: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.



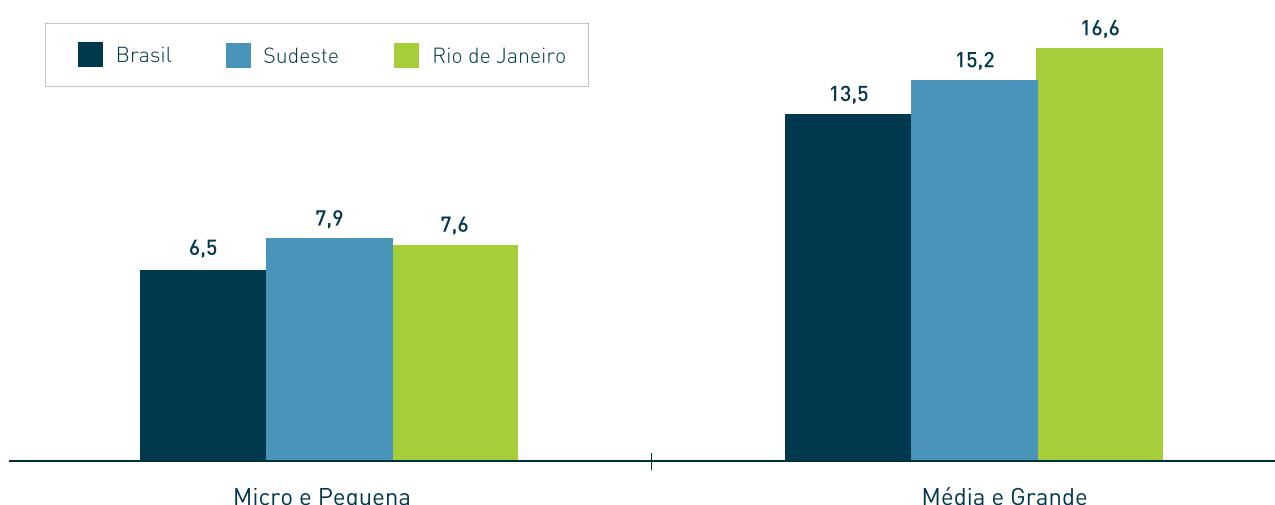
O salário médio nas médias e grandes empresas (MGE) é mais alto do que nas MPE: respectivamente R\$ 2.713 e R\$ 1.335, no Rio de Janeiro. O Estado apresenta o sétimo maior diferencial salarial entre MGE e MPE no país, 20 p.p. acima do aferido no Sudeste e no Brasil. Contudo, o Gráfico 29 mostra que, entre 2009 e 2011, houve uma redução substancial do diferencial de salários entre MGE e MPE no Rio de Janeiro.

GRÁFICO 29 | DIFERENCIAL DE SALÁRIOS ENTRE AS MPE E MGE FORMAIS Fonte: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.



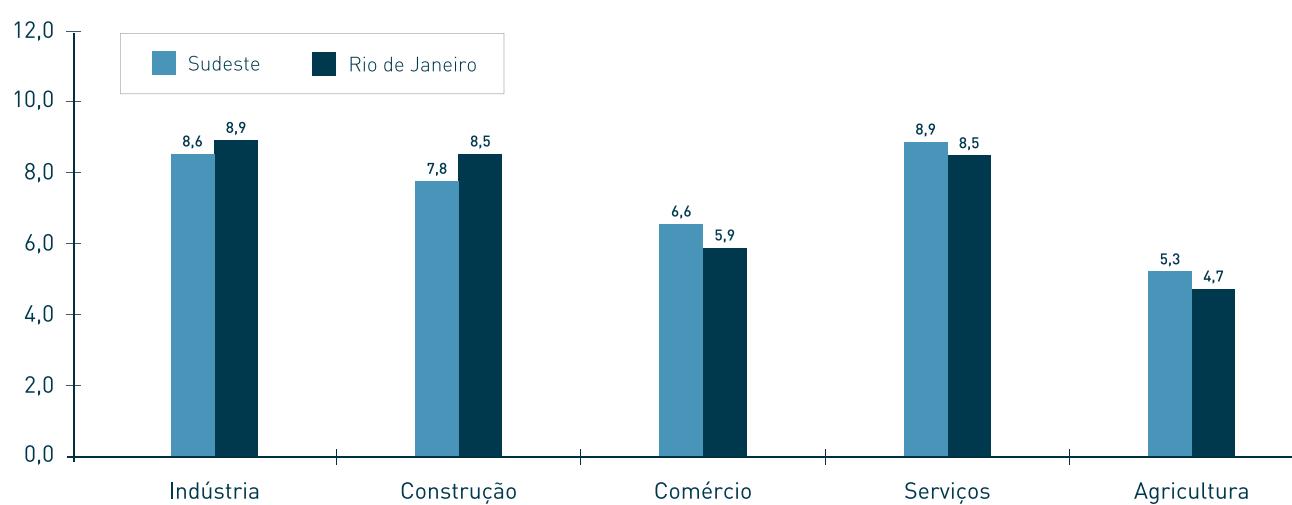
Os baixos salários em relação à média do Sudeste evidenciam baixa produtividade média das MPE no Estado do Rio de Janeiro. Enquanto a MGE paga salários mais elevados do que a média do Sudeste, as MPE têm em média salários mais baixos, conforme o Gráfico 30.

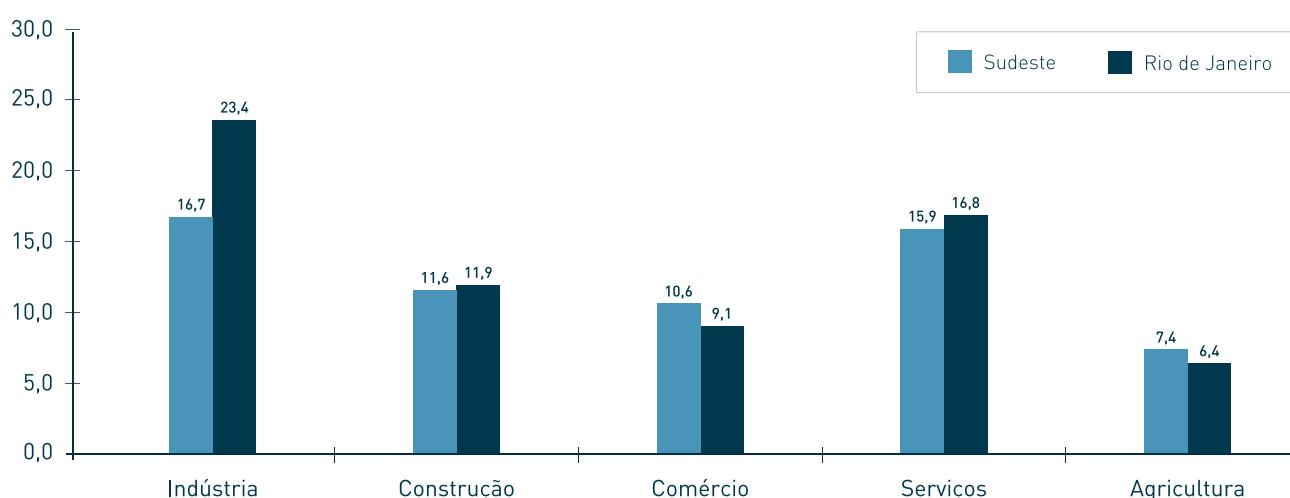
GRÁFICO 30 | SALÁRIO-HORA NAS MPE E MGE – 2011 Fonte: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.



Os salários refletem também as diferentes composições setoriais. Nota-se que, na indústria e na construção, as MPE fluminenses pagam relativamente mais do que a média da região, enquanto nos serviços, agricultura e, sobretudo, no comércio, os salários nas MPE do Estado do Rio de Janeiro são inferiores à média do Sudeste. Já quando analisamos os salários na MGE, o Rio de Janeiro paga salários mais elevados do que a média regional, à exceção dos setores de comércio e agricultura, mas o grande diferencial está na indústria (Gráfico 31).

GRÁFICO 31 | SALÁRIO-HORA NAS MPE Fonte: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.

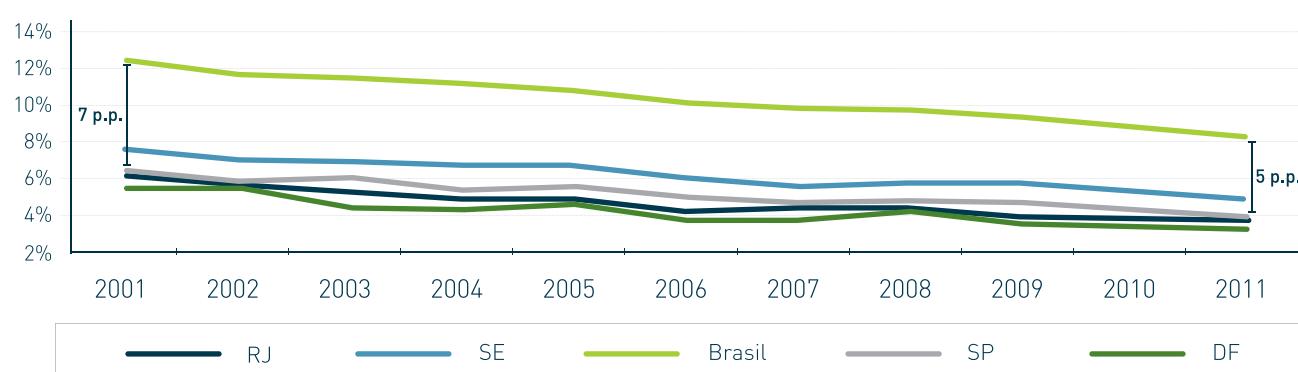
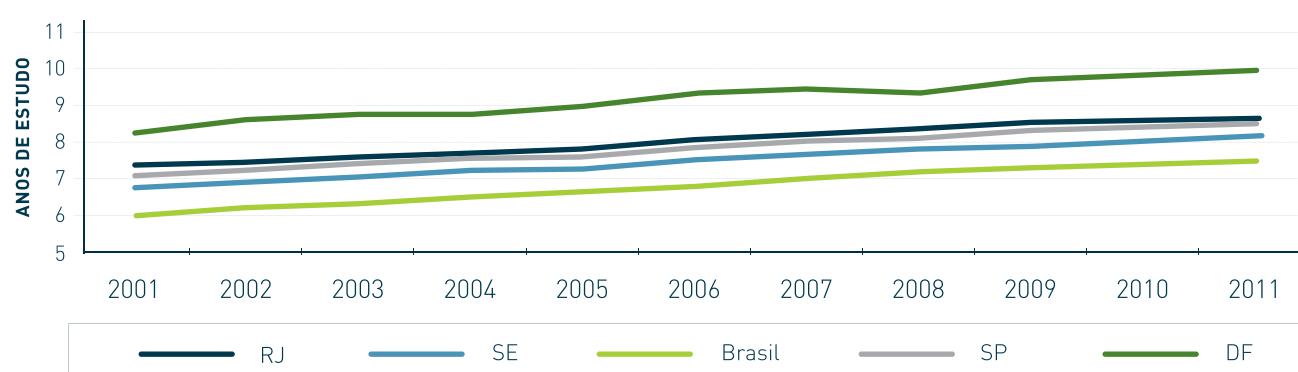


SALÁRIO-HORA NAS MGE Fonte: IETS com base nos dados da RAIS/MTE.**EDUCAÇÃO****ANALFABETISMO E ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ADULTA**

Historicamente, o Rio de Janeiro sempre apresentou os melhores indicadores de estoque educacional da população adulta do país, em grande parte devido à sua antiga condição de capital, que atraiu trabalhadores qualificados para o alto escalão do funcionalismo público brasileiro e garantiu a instalação e manutenção de instituições de ensino de referência.

Desse modo, a taxa de analfabetismo e a escolaridade média dos adultos no ERJ, que correspondem, respectivamente, a 3,4% e 8,5 anos de estudo (ou seja, próximo ao Ensino Fundamental completo), só são superadas por aquelas verificadas no Distrito Federal¹⁵. No entanto, os avanços têm sido mais lentos no ERJ de modo que, em 2011, São Paulo alcançou o Rio de Janeiro nas duas dimensões (Gráficos 32 e 33). Como esperado, os dois indicadores são melhores na Região Metropolitana (em que equivalem a 2,9% e 8,8 anos de estudo) do que no Estado, e na cidade do Rio de Janeiro (2,4% e 9,6 anos de estudo) do que na RMRJ.

¹⁵. Além de ser a atual capital do país, o Distrito Federal foi povoado especificamente com esse fim, de maneira que seu território e sua população são substancialmente inferiores aos dos demais estados brasileiros e a escolaridade de sua população segue um padrão diferenciado do restante do país.

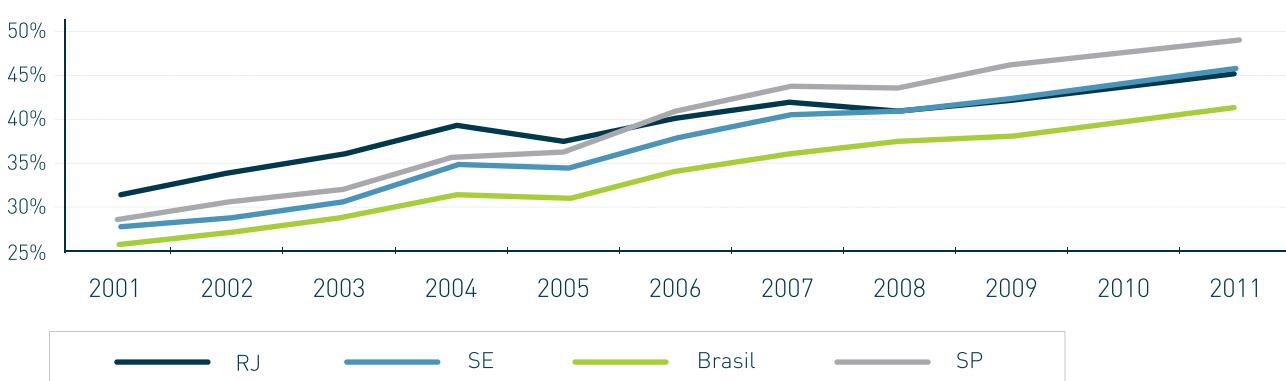
GRÁFICO 32 | TAXA DE ANalfabetismo – 15 ANOS OU MAIS Fonte: IETS com base nos dados PNAD/IBGE.GRÁFICO 33 | ESCOLARIDADE MÉDIA – 25 ANOS OU MAIS Fonte: IETS com base nos dados PNAD/IBGE.

COBERTURA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Durante os anos 2000, foi identificada uma estagnação e até mesmo retrocesso nos indicadores de esforço educativo corrente no Rio de Janeiro, o que gerou um questionamento acerca das condições do Estado de manter sua posição favorável em termos educacionais. No entanto, entre 2008 e 2011, o ERJ apresentou avanços nos indicadores de cobertura, porém insuficientes para compensar seu atraso em relação à média do Sudeste.

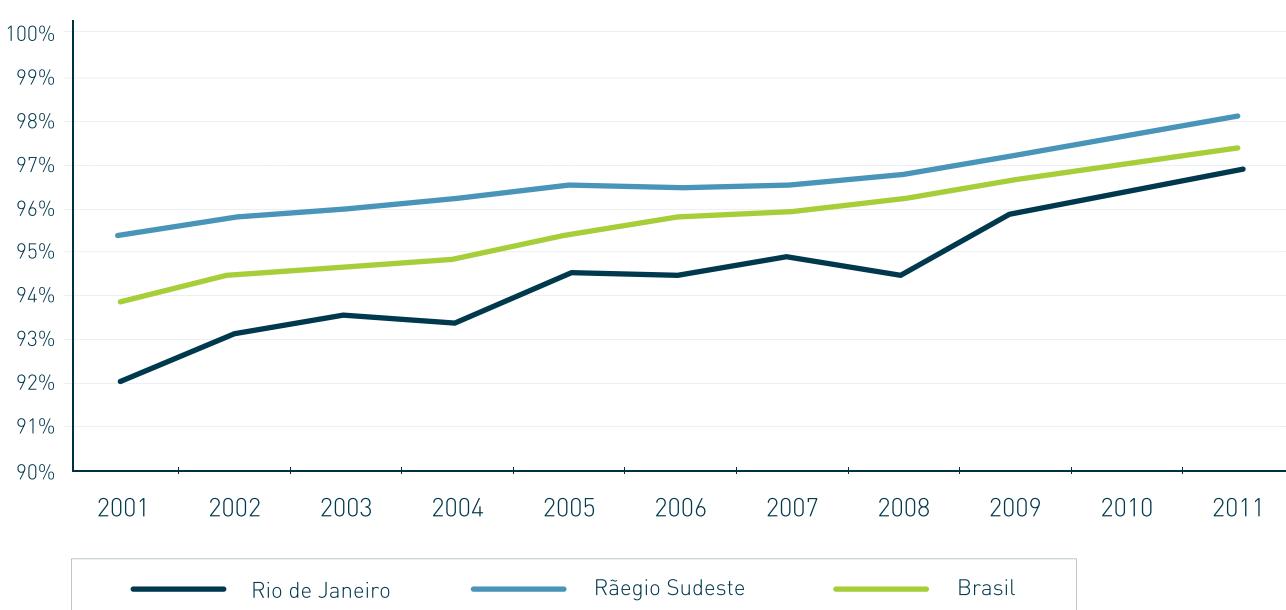
O percentual de crianças de 0 a 5 anos que estão na creche/escola é mais alto no Rio de Janeiro (45,6%) do que no Brasil (41,3%). Porém, como a melhora desse indicador deu-se de forma acelerada em São Paulo, a cobertura do Ensino Infantil no Estado é ligeiramente inferior à média do Sudeste desde 2009, como pode-se perceber no Gráfico 34.

GRÁFICO 34 | PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS QUE FREQUENTAM ESCOLA Fonte: IETS com base nos dados PNAD/IBGE.



Quando analisamos a frequência à escola de crianças de 7 a 14 anos, vemos que o Rio de Janeiro apresenta um percentual inferior ao Sudeste e ao Brasil, tendo uma frequência de 96,9% contra 98,1% e 97,4%, respectivamente (Gráfico 35). No entanto, o crescimento do percentual de crianças que estuda nessa faixa etária foi maior no Rio entre 2001 e 2011, fazendo com que a distância entre o Estado e os demais recortes territoriais analisados diminuisse. Por exemplo, em 2008, o Rio de Janeiro era a quarta pior Unidade da Federação nesse indicador. Em 2011, alcançou a posição de 14º no ranking nacional (a mediana do país), num contexto em que a frequência à escola de crianças de 7 a 14 anos aumentou em praticamente todos os estados.

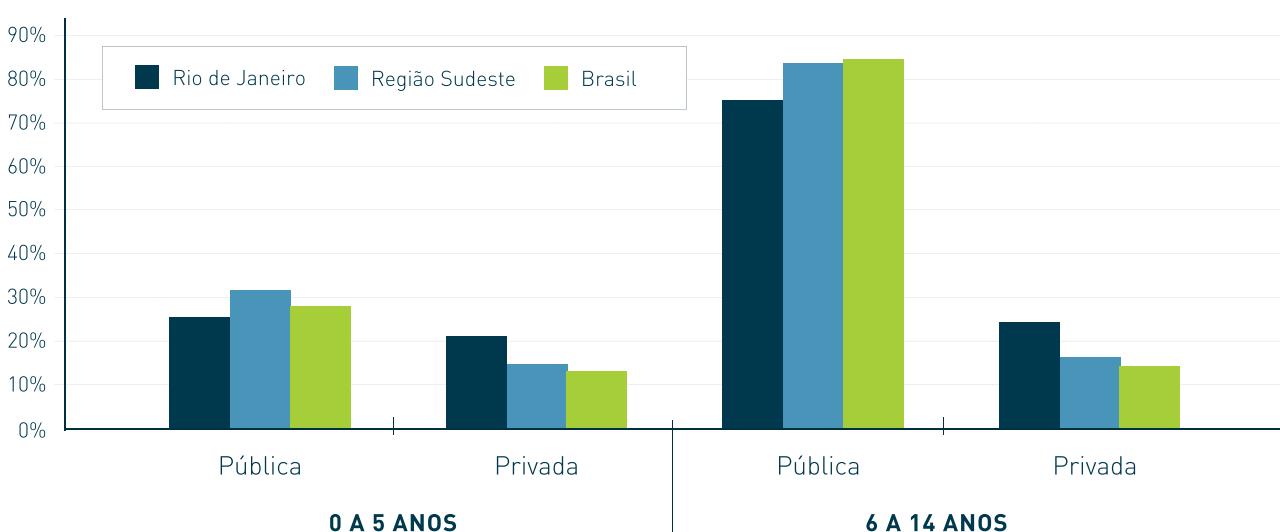
GRÁFICO 35 | PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS QUE FREQUENTAM ESCOLA Fonte: IETS com base nos dados PNAD/IBGE.



Entre as crianças de 6 a 10 anos, a frequência à escola no Rio de Janeiro é de 98,4%, similar à observada no Brasil e inferior à verificada em todos os estados da região Sudeste, em que equivale a 98,9%. Já entre os pré-adolescentes de 11 a 14 anos, o Rio de Janeiro possui a mais alta frequência à escola, atingindo 98,8%, quando comparado ao Brasil (98,5%) e ao Sudeste (98,1%). Logo, os indicadores de frequência à escola no Rio de Janeiro apontam para um déficit entre as crianças de até 10 anos, o que pode refletir uma entrada tardia das crianças na escola, comprometendo seu desempenho escolar.

Isso parece dever-se a questões relacionadas à oferta de creches/escolas públicas, seja pela insuficiência de vagas ou mesmo pela percepção da baixa qualidade dos serviços prestados. Vale destacar que a frequência de crianças e pré-adolescentes de até 14 anos a instituições de ensino governamentais no Rio é inferior à do Brasil e do Sudeste. Quando consideradas as creches/escolas particulares, observa-se que o Rio de Janeiro possui a mais alta frequência do país (Gráfico 36). Portanto, a baixa cobertura das instituições públicas de Ensino Infantil e Fundamental vem sendo compensada pelo setor privado.

GRÁFICO 36 | PORCENTAGEM DE CRIANÇAS QUE FREQUENTAM CRECHE/ESCOLA POR FAIXA ETÁRIA E REDE DE ENSINO – 2011 Fonte: IETS com base nos dados PNAD/IBGE.

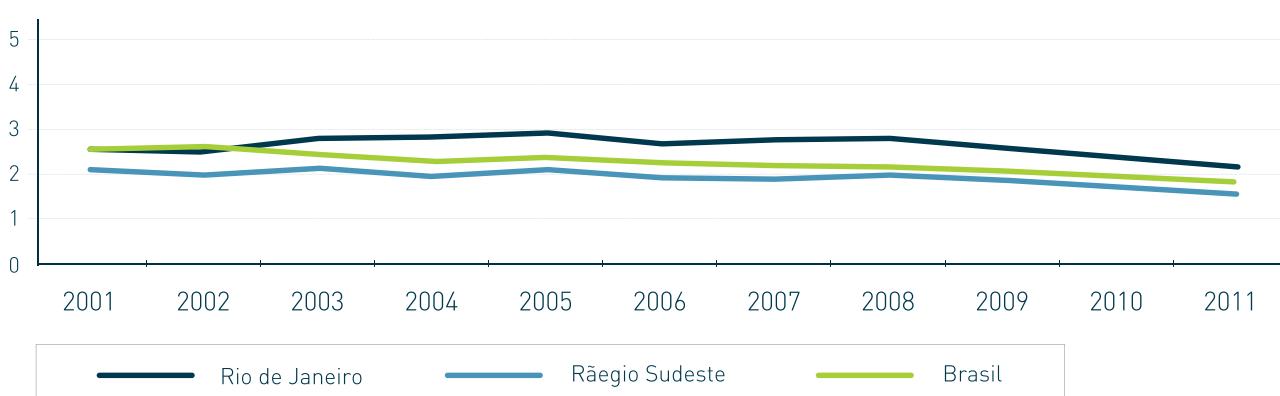


Ao contrário do que ocorre na faixa etária de 7 a 14 anos, a frequência à escola de adolescentes e jovens de 15 a 19 anos no Estado (73,4%) é cerca de 5 p.p. acima da observada no Brasil e na Região Sudeste. Como a taxa de matrícula líquida¹⁶ no Ensino Médio é de 48%, abaixo da média brasileira, de 52%, e do Sudeste, de 60% (superando apenas as verificadas em estados do Nordeste e do Norte), há indícios de que a permanência deste grupo etário no Ensino Fundamental, e não no Ensino Médio, como se poderia supor a princípio, puxa esse indicador para cima no Estado. Além disso, apenas metade dos jovens de 19 anos concluiu o Ensino Médio no Rio de Janeiro, menos do que no Brasil (51%) e no Sudeste (59%).

¹⁶. A taxa de matrícula líquida corresponde ao percentual de pessoas com faixa etária apropriada que estão matriculadas num determinado nível de ensino, enquanto a taxa de matrícula bruta considera o total de matriculados num certo ciclo em relação à população em idade adequada para frequentá-lo.

A taxa bruta de matrícula no Ensino Fundamental é maior do que 100 em todo o país, evidenciando o atraso escolar existente nesse nível de ensino. Esse indicador é maior no Rio (123%) do que no Sudeste (118%) e no Brasil (122%). Essa taxa aponta para altos níveis de atraso escolar no Estado, uma vez que a frequência à escola de crianças e pré-adolescentes de 7 a 14 anos é baixa no Rio. De fato, os indicadores fluminenses de defasagem série-idade, tanto por nível de ensino quanto por faixa etária, e de atraso escolar no Ensino Fundamental, além de serem piores do que os do Brasil e do Sudeste, figuram entre os dez mais desfavoráveis do país em 2011.

GRÁFICO 37 | DEFASAGEM IDADE-SÉRIE NO 2º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL Fonte: IETS com base nos dados PNAD/IBGE.



O percentual de jovens de 20 a 24 anos que estudam ainda é mais alto no Estado do Rio de Janeiro (25%) do que na Região Sudeste (23%) e no país (22%), embora a frequência à escola nessa faixa etária esteja em trajetória de queda nos três locais, com maior intensidade no ERJ. Esse fenômeno está possivelmente ligado à redução de mais de 30% na porcentagem de adolescentes e jovens com mais de dois anos de atraso escolar no Ensino Médio no Brasil, no Sudeste e no Rio.

Os altos percentuais de frequência à escola de adolescentes e jovens de 15 a 24 anos no Rio de Janeiro podem estar relacionados às baixas taxas de participação observadas no Estado para esse grupo. Por exemplo, as mulheres fluminenses de 15 a 19 anos não apenas frequentam mais a escola, como esse percentual cresceu mais no Rio do que no Brasil e na Região Sudeste entre 2001 e 2011.

TABELA 3 | FREQUENCIA À ESCOLA DE ADOLESCENTES – 15 A 19 ANOS Fonte: IETS com base nos dados da PNAD/IBGE.

	2011		2001		VARIAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Brasil	67,6	69,4	69,8	68,1	-3%	2%
SE	65,9	69,0	70,2	68,3	-6%	1%
RJ	72,5	74,2	73,5	70,9	-1%	5%

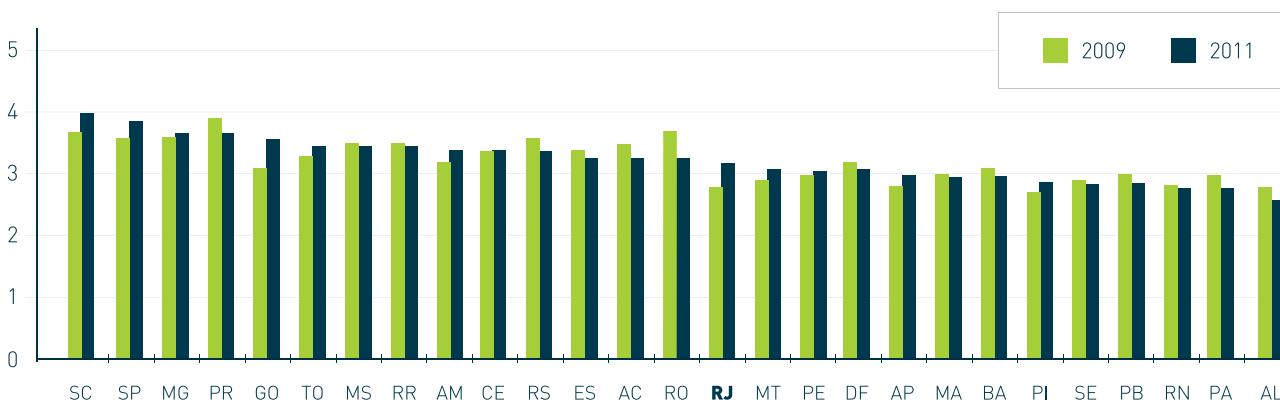
Os indicadores de qualidade da educação no Estado do Rio de Janeiro ainda apresentam desempenho bastante insatisfatório. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – composto pela aprovação e média dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática na Prova Brasil – é inferior no Rio de Janeiro ao verificado nos outros estados da Região Sudeste tanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental quanto nos finais. Contudo, entre 2009 e 2011, o IDEB fluminense cresceu acima da média do país e do Sudeste em ambos os ciclos. No 9º ano, o Rio de Janeiro apresentou o terceiro maior crescimento do índice no país e subiu quatro posições no ranking das Unidades da Federação, como pode ser visto no Gráfico 38.

GRÁFICO 38 | IDEB - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL Fonte: IETS com base nos dados do INEP.



O mesmo padrão pode ser observado na 3ª série do Ensino Médio. O IDEB do Rio de Janeiro ainda está abaixo do verificado nos vizinhos das Regiões Sudeste e Sul, porém apresentou melhora significativa entre 2009 e 2011. Assim, o Estado saiu da 23ª posição em 2009 (i.e. a quinta pior do país) para a 15ª posição no ranking nacional. O crescimento do índice nesse período foi de 14,3%, o segundo maior do Brasil, superado somente por Goiás, que teve um aumento de 16%.

GRÁFICO 39 | IDEB - 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO Fonte: IETS com base nos dados do INEP.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONCLUSÃO

Após ter um desempenho econômico igual ou melhor do que a economia brasileira e a do Sudeste entre 2003 e 2006, o Rio de Janeiro voltou a perder participação no PIB total e da região. Esse comportamento esteve associado ao desempenho da extrativa mineral que reduziu sua participação em torno de 15%, em 2006, para menos de 10%, em 2009-2010. Assim, da mesma forma que a retomada econômica do Rio de Janeiro ocorrida no final dos anos 90 e início do novo milênio foi fortemente influenciada pelo setor de óleo e gás, a desaceleração também se deve ao comportamento desse setor, altamente sensível a oscilações da economia mundial.

Além do modesto crescimento econômico, os avanços em termos de pobreza e desigualdade foram mais tímidos do que nos estados vizinhos. O Rio de Janeiro reduziu menos a desigualdade de renda na última década, medida pelo índice de Gini, tornando-se o mais desigual entre os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste em 2011. A renda domiciliar *per capita*, por sua vez, cresceu menos do que a média brasileira e o Sudeste. Esses dois movimentos levaram a avanços menores na redução da pobreza do que a maioria dos estados brasileiros. O Estado, que chegou a ter um percentual de pobres mais baixo do que o Sudeste no final dos anos 90, tem se distanciado da média do Sudeste e se aproximado à média nacional. Dado o seu patamar de renda, o Rio de Janeiro deveria ter níveis de pobreza mais baixos, o que não ocorre pela sua elevada desigualdade.

Parte substancial dos desafios parece relacionada ao mercado de trabalho. Mesmo com uma baixa participação no mercado de trabalho, a taxa de desemprego no Rio de Janeiro é a maior do Sul-Sudeste, apesar da queda acentuada desde 2005. A baixa taxa de ocupação é outra característica marcante, chegando a ser inferior à média brasileira. Tal característica se manteve mesmo com o processo de formalização dos postos de trabalho que foi compensado pela redução do emprego informal e do trabalho por conta própria. Além disso, houve diminuição da proporção de empregadores, mostrando que parte deles era empreendedor por necessidade. O Rio de Janeiro tem o menor percentual de empregadores entre os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e uma baixa taxa de sucesso dos empreendedores.

Os indicadores relacionados às MPEs não apresentam quadro mais satisfatório. Embora a participação das MPE no número total de estabelecimentos seja parecida no Estado do Rio e no resto do Brasil e no Sudeste (em torno de 98%), a sua contribuição para o total de empregos e para a massa salarial no Rio de Janeiro é mais baixa. As micro e pequenas empresas no Estado do Rio de Janeiro absorvem, em termos relativos, menos trabalhadores formais e com salários médios mais baixos. Isso se deve à participação mais alta de comércio e serviços de baixa qualidade.

Em resumo, o Rio de Janeiro avançou na última década em praticamente todas as dimensões socioeconômicas analisadas. No entanto, avançamos menos do que nossos vizinhos do Sudeste e muitas vezes menos do que a média brasileira, preservando uma posição mais próxima ao Nordeste em alguns indicadores.

Há características estruturais do nosso Estado que o tornam mais complexo e desigual. Uma delas é o crescimento econômico dependente de uma lógica industrial baseada em setores, como o de óleo e gás, intensivos em capital e com menor desdobramento junto às micro e pequenas empresas. Outra característica está relacionada à distribuição espacial. O Rio de Janeiro é o quarto menor território e abriga a terceira maior população do Brasil. É também o mais urbano e metropolitano dos estados, com maior centralidade no dinamismo econômico da capital.

Para diminuir as enormes desigualdades no Rio, é necessária uma atuação efetiva de um conjunto de atores, especialmente do setor público, que tem como premissa a melhora da distribuição dos recursos. A agenda é ampla e envolve a geração de negócios que permitam uma maior diversificação da estrutura produtiva, a profissionalização das MPEs, formação e qualificação da mão de obra, desenvolvimento e mobilidade urbana na metrópole, e acesso e qualidade dos serviços públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEPAL & IPEA – Transporte e Mobilidade Urbana – Texto para discussão Cepal-Ipea, nº34, Brasília-DF, 2011.
- CASTELAR PINHEIRO, A; VELOSO. Fernando (Org.). Rio de Janeiro Um estado em transição. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012, v. 1, p. 205-230.
- NERI, M. Impactos sociais do Bilhete Único intermunicipal no Grande Rio. CPS/FGV – Rio de Janeiro, 2010.
- PEREIRA, R. & SCHWANEN, T. - Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo. Texto para discussão 1813, IPEA – Brasília, 2013.
- RAIA JUNIOR, A. - Mobilidade e Acessibilidade Urbanas Sustentáveis: A Gestão da Mobilidade no Brasil – UFSCar, São Carlos, SP, 2009.
- URANI, A.; GIAMBIAGI, F. Rio: a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011. Páginas 191-212.

Telefone - 0800 570 0800

Twitter - @sebraerj
Facebook - fb.com/sebraerj

www.sebraerj.com.br



RIO DE JANEIRO